



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

***Resumo dos Projetos de Pesquisa de Professores da Faculdade
de Direito para estudantes interessados em desenvolver
Iniciação Científica***

Os estudantes devem entrar em contato diretamente com o Professor (por e-mail ou pessoalmente)

Todo Professor (que atenda as exigências do Edital), poderá ser orientador de Iniciação Científica.

Informações sobre Iniciação Científica estão disponíveis em <https://www.pucsp.br/iniciacaocientifica>

Expediente da Faculdade de Direito
Abril/2024



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Sumário

| | |
|--|----|
| 1 - DIREITO IDENTITÁRIO E NORMATICÍDIOS..... | 5 |
| 2 - OS IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NA DEMOCRACIA E SOCIEDADE..... | 5 |
| 3 - MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO E NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE..... | 6 |
| 4 - DIGE - Direito Internacional e Globalização Econômica..... | 6 |
| 5 - OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO, PROCESSO, RECURSOS NAS DIVERSAS FORMAS DE TUTELA JURISDICIONAL..... | 7 |
| 6 - PRINCÍPIOS DA LIBERDADE ECOCÔMICA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO COMERCIAL..... | 8 |
| 7 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS..... | 8 |
| 8 - PROTEÇÃO INTEGRAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA COMO FORMA DE ASSEGURAR O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SOCIEDADE..... | 10 |
| 9 - MANDADO DE SEGURANÇA E EFEITOS PATRIMONIAIS: VARIAÇÕES SOBRE O TEMAF..... | 11 |
| 10 - DIREITO, DECOLONIALIDADE e o REDIMENSIONAMENTO DA UTOPIA DEMOCRÁTICA: por uma Razão Jurídica Sensível..... | 12 |
| 11 - DIREITO E SUSTENTABILIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE OS ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES E ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030..... | 13 |
| 12 - O DIREITO INTERNACIONAL HUMANO: QUESTÕES ATUAIS NA BUSCA DE UM DIREITO HUMANIZADO..... | 13 |
| 13 - DIREITO, LIBERDADE E MUDANÇA SOCIAL..... | 14 |
| 14 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS | 15 |
| 15 - O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A NECESSÁRIA EFETIVAÇÃO DA LEI 13.146/2015 PARA UMA SOCIEDADE PLURAL..... | 16 |
| 16 - A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E HERMENÊUTICA..... | 17 |
| 17 - O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 18 |
| 18 - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS EM FACE DO DIREITO DIGITAL..... | 19 |
| 19 - ESTADO DE DIREITO: LIBERDADE E IGUALDADE COMO DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL E SOCIAL..... | 19 |
| 20 - DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR ANTICORRUPÇÃO..... | 21 |



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

| | |
|--|-----------|
| 21 - O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS | 21 |
| 22 - EFETIVIDADE DE DIREITOS – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA FRATERNIDADE E DA DIGNIDADE HUMANA | 22 |
| 23 - RAÇA, GÊNERO E ETNIA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS. | 23 |
| 24 - IGUALDADE DE RAÇA, GÊNERO E ETNIA..... | 24 |
| 27- DEMOCRACIA, DIREITO PÚBLICO E ESTADO DE EXCEÇÃO..... | 25 |
| 25 - A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 25 |
| 26 - A LÓGICA DA PROVA TESTEMUNHAL COMO SUBSTITUTA DA PROVA PERICIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 167 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, EM VISTA DA SEGURANÇA JURÍDICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO. | 26 |
| 27 - AÇÃO RESCISÓRIA - PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS - LEGITIMIDADE - PROVAS - COISA JULGADA - PRECEDENTES..... | 26 |
| 28 - O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E A LEI DE PROTEÇÃO GERAL DE DADOS, NO CONTEXTO DOS AGENTES PÚBLICOS..... | 27 |
| 29 - DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E A CONSENSUALIDADE | 28 |
| 30 - O DIREITO DA FUNÇÃO PÚBLICA E A REFORMA ADMINISTRATIVA. AVANÇOS OU RETROCESSOS?..... | 28 |
| 31 - ÉTICA, LINGUAGEM E JUSTIÇA..... | 29 |
| 32 - BIÓS - BIODIREITO / BIOÉTICA / BIOPOLÍTICA | 29 |
| 33 - HERMENÊUTICA E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO CONSTITUCIONALISMO GLOBAL | 30 |
| 34 - PLURALISMOS JURÍDICOS, CONFLITOS NORMATIVOS E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE DAS LEIS | 31 |
| 35 - <u>REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA</u> | <u>32</u> |
| 36 - DIREITOS SEXUAIS: A SEXUALIDADE HUMANA EM DISPUTA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 33 |
| 37 - ENEGRECER E GENERIFICAR O CONSTITUCIONALISMO DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E ANTIRRACISTA | 34 |
| 38 - O DIREITO À CIDADES SUSTENTÁVEIS E O DESENVOLVIMENTO URBANO NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL E OS CONFLITOS URBANOS NOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS..... | 35 |
| 39 - TUTELA COLETIVA..... | 36 |
| 40 - QUEBRA DE PARADIGMAS DO DIREITO COM A EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL | 38 |



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

| | |
|--|----|
| 41 - QUEBRA DE PARADIGMAS DO DIREITO COM A EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL | 39 |
| 42 - CONSTITUCIONALISMO, EXCEÇÃO E CRISE DEMOCRÁTICA..... | 39 |
| 43 - AS CORTES CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA: DECISÕES PARADIGMÁTICAS EM MATÉRIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS IMPACTOS TRANSFORMADORES NA REALIDADE. | 40 |
| 44 - EFETIVIDADE, FUNDAMENTOS, TUTELA E CONTEMPORANEIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS, DIFUSOS E COLETIVOS: DIÁLOGOS DAS FONTES..... | 41 |
| 45 - CAPITALISMO HUMANISTA | 42 |
| 46 - PONDERAÇÃO DE INTERESSES NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE DIREITO PÚBLICO | 43 |
| 47 - CONTRAFAÇÕES ADMINISTRATIVAS..... | 44 |
| 48 - ATUALIDADES EM DIREITO DE FAMÍLIA (ENFOQUE TEÓRICO E PRÁTICO)..... | 44 |
| 49 – SISTEMA PENAL REDUTOR..... | 46 |
| 50 - TRIBUTO E SANÇÃO: LIMITES PARA A INTERVENÇÃO ESTATAL...47 | |
| 51 - FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E SEU IMPACTO E EFETIVIDADE NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS..... | 47 |
| 52 - FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXPRESSÃO DE CONSENSO, ENTRE ELAS A CONTRATAÇÃO PÚBLICA, E SEU IMPACTO E EFETIVIDADE NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS..... | 48 |
| 53 - CONTROLE DE VALIDADE DA TRIBUTAÇÃO: DISCUSSÃO DE TEMAS QUE ENVOLVAM CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL | 48 |
| 54 - CONTROLE DE VALIDADE DA TRIBUTAÇÃO - DA HIERARQUIA A HIERARQUIA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL..... | 49 |
| 55 - CAPITALISMO HUMANISTA | 50 |
| 56 - CARGA TRIBUTÁRIA E JUSTIÇA FISCAL..... | 50 |
| 57 - DIREITO PROBATÓRIO: TRADIÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E PERSPECTIVAS AVANÇADAS..... | 51 |
| 58 - OS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO E POR OUTRO LADO A CRESCENTE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO ENVOLVENDO A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, A JUDICIALIZAÇÃO E SOBRETUDO O ATIVISMO JUDICIAL..... | 53 |



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Nome do projeto de pesquisa

1 - DIREITO IDENTITÁRIO E NORMATICÍDIOS.

Professor (a) - ALVARO LUIZ TRAVASSOS DE AZEVEDO GONZAGA

E-mail para contato com o Professor - algonzaga@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise de Projeto ou entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O presente projeto de pesquisa aponta para o direcionamento de convergência no núcleo de temas que buscam reconhecer a existência de uma estrutura construída a partir de racismos contra indígenas, negros, povos e comunidades tradicionais, de discriminações contra as pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas lgbtqi+, imigrantes e refugiadas.

OBJETIVO

Objetiva-se compreendermos as questões convergentes e divergentes nas construções jurídicas contemporâneas a fim de observarmos outros possíveis caminhos em uma coconstrução democrática, plural e crítica.

Nome do projeto de pesquisa

2 - OS IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NA DEMOCRACIA E SOCIEDADE

Professor (a) - ANSELMO PRIETO ALVAREZ

E-mail para contato com o Professor - apalvarez@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise de currículo acadêmico e entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Analisar de maneira reflexiva, crítica e propositiva, todos os institutos jurídicos que envolvem o Código de Processo Civil de 2015, com o intuito de extrair de cada um deles seu real significado para construção de uma sociedade democrática, comprometida com a melhoria da vida das pessoas, através da produção de textos científicos.

Palavras chaves: Processo Civil; Democracia; Sociedade

OBJETIVO

Repensar o Processo Civil de modo que seja útil à democracia e sociedade.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Nome do projeto de pesquisa

3 - MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO E NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE

Professor (a) - ANTONIO CARLOS DA PONTE

E-mail para contato com o Professor - acponte@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise do projeto, currículo acadêmico e entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto propõe o estudo do sistema punitivo e modelo de Estado; a análise crítica com repercussão prática dos princípios constitucionais penais e a avaliação do papel que deve ser desenvolvido pelo Direito Penal no Estado Social e Democrático de Direito. Partindo da premissa de que a Constituição deve atuar não como limite, mas ponto de partida, propõe o estudo e discussão dos mandados de criminalização, que, na essência, são ordens, determinações extraídas do texto constitucional, no sentido de que o legislador ordinário não tem a faculdade mas a obrigação de proceder ao enfrentamento de determinados temas, sempre com enfoque no prestígio à dignidade da pessoa humana e a observância a uma pauta mínima de Direitos Humanos. Preocupa-se o projeto, também, com a ingerência penal e o enfrentamento às novas formas de criminalidade, principalmente a denominada "sem rosto".

OBJETIVO

Fomentar a pesquisa acadêmica e a produção científica, atuando conjuntamente com alunos da especialização, mestrandos e doutorandos, sob a orientação e responsabilidade do Professor proponente, que lidera e coordena projeto de pesquisa denominado "Tutela Penal e Princípios Constitucionais Penais".

Nome do projeto de pesquisa

4 - DIGE - Direito Internacional e Globalização Econômica.

Professor (a) - ANTONIO MÁRCIO DA CUNHA GUIMARÃES

E-mail para contato com o Professor - guimaraes@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessária: entrevista, além de análise do currículo acadêmico. Se houver um número grande de candidatos, excedendo o número de vagas, será aplicada prova teórica.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Resumo do Projeto de Pesquisa

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, Globalização, Proteção Internacional dos Direitos Humanos.

OBJETIVO

Objetivos gerais:

- Desenvolver pesquisas científicas sobre o moderno direito internacional (seja ele o Direito Internacional Público ou o Direito Internacional Privado, bem como o seu sub-ramo Direito do Comércio Internacional), e ainda a Proteção Internacional dos Direitos Humanos;
- Também, os processos de interpretação de normas jurídicas, além dos efeitos da Globalização Econômica, através do controle estatal sobre a economia e principalmente, a proteção nacional e também, em todas as suas dimensões em razão da enorme importância da proteção ao Ser Humano, mormente no plano internacional.

Nome do projeto de pesquisa

5 - OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO, PROCESSO, RECURSOS NAS DIVERSAS FORMAS DE TUTELA JURISDICIONAL

Professor (a) - ARLETE INES AURELLI

E-mail para contato com o Professor - aaurelli@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: serão selecionados os alunos com notas mais altas em direito processual civil.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto propõe-se a estudar condições da ação e pressupostos processuais, requisitos esses vistos sob a ótica das diversas formas de tutela jurisdicional, mas também permitirá analisar a admissibilidade recursal (inclusive os requisitos de admissibilidade para os recursos excepcionais) e ainda tratar da admissibilidade ligada à prova (há tutelas que exigem um determinado tipo de prova, como é o caso, por exemplo do mandado de segurança e também poder-se-ia tratar da admissão da própria prova - ex prova emprestada, prova ilícita, etc), temas essas que devem ser estudados de forma exemplificativa e que levem em conta o atual Código de Processo Civil.

OBJETIVO

identificar os conceitos de Ação e Processo e seus requisitos, que melhor se adequam ao sistema processual após o advento do CPC/15
analisar os requisitos de admissibilidade nas diversas formas de tutela jurisdicional, tanto na fase de conhecimento, como recursal e executiva.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Nome do projeto de pesquisa

6 - PRINCÍPIOS DA LIBERDADE ECOCÔMICA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO COMERCIAL

Professor (a) - ARMANDO LUIZ ROVAI

E-mail para contato com o Professor - arovai@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Referências bibliográficas e sumário da pesquisa.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Dos Impactos da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica no Direito Comercial, Lei 13.874/2019, abordando os pontos mais relevantes no âmbito principiológico, negocial e primando pela livre concorrência.

Correlacionar os princípios da Boa-Fé, autonomia da Vontade, livre concorrência, pacta sunt servanda nas relações contratuais empresariais.

Por fim tratar das inovações trazidas pela legislação, atinentes a mudança de paradigma no que concerne a Desconsideração da Personalidade Jurídica e da possibilidade de se constituir uma sociedade limitada unipessoal.

OBJETIVO

Expandir os conhecimentos e abordar as temáticas mais atualizadas no que concerne ao direito empresarial brasileiro.

Nome do projeto de pesquisa

7 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS

Professor (a) - CAROLINA ALVES DE SOUZA LIMA

E-mail para contato com o Professor - caslima@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Notas na disciplina de Direitos Humanos e nas disciplinas de forma geral.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O presente projeto de pesquisa tem como tema central desenvolver pesquisa a respeito dos temas da "Cidadania e dos Direitos Humanos". Pretende desenvolver três vertentes de estudos. Na primeira analisará a cidadania e os direitos humanos



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

na perspectiva universal e internacional. Buscará as principais contribuições da civilização ocidental para a construção da noção de cidadania, assim como para seu pleno exercício. Na segunda vertente será analisada a cidadania no Brasil. Para tanto, será necessário realizar abordagem histórica, social, política e cultural do Brasil ao longo da sua história até à atualidade. Na terceira vertente analisará a cidadania a partir dos não cidadãos, ou seja, dos excluídos, como as minorias, as mulheres, as crianças, os idosos, os refugiados dentre outros grupos excluídos. O estudo da cidadania engloba inevitavelmente o estudo não só dos cidadãos, mas também dos não cidadãos.

Palavras-chaves: cidadania, direitos humanos, excluídos, minorias, dignidade da pessoa humana.

OBJETIVO

A pesquisa pretende desenvolver três vertentes de estudos sobre a cidadania e os direitos humanos.

1) Partindo da teoria geral dos direitos humanos e da cidadania, o plano de estudos visa analisar a construção da cidadania a partir da perspectiva dos direitos humanos no âmbito universal. Buscará as principais contribuições da civilização ocidental para a construção da noção de cidadania, assim como para seu pleno exercício. Partirá da Antiguidade Clássica até chegar no século 21. Dará destaque às Revoluções Burguesas do século 17 e 18, assim como ao período pós Segunda Grande Guerra. Analisar-se-á, na contemporaneidade, os efeitos do neoliberalismo na garantia dos direitos humanos e no exercício da cidadania. 2) Num segundo momento da pesquisa será analisada a cidadania no Brasil. Para tanto, será necessário realizar abordagem histórica, social, política e cultural do Brasil ao longo da sua história até à atualidade. A história da conquista dos direitos humanos e da cidadania no Brasil apresenta percurso completamente diferente do percorrido na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. O período colonial foi marcado pelo desrespeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana, fundamentalmente nas figuras do índio e do negro, mas também se estendia à grande maioria da população, carente de direitos e de cidadania. O Império marca a independência política do Brasil colônia. No entanto, foi um período de exclusão social e política da grande maioria da população. Foi o período de extinção paulatina da escravidão. No período da Primeira República houve alguns avanços democráticos, no entanto, a grande maioria da população ainda estava à margem dos direitos humanos e da cidadania. Era um país agrário, latifundiário e com estrutura social rigidamente estratificada, marcado por grandes desigualdades sociais. O período do Estado Getulista (1930 e 1945) foi marcado tanto por avanços quanto por retrocessos na conquista dos direitos humanos e da cidadania. Foi um período de vigência de duas Constituições: a primeira, a de 1934, trouxe avanços na conquista dos direitos humanos; já a segunda, a de 1937, foi extremamente autoritária e retrógrada em relação aos direitos humanos e à cidadania. O período de 1945 a 1964 foi marcado por conquistas democráticas. A Constituição de 1946 foi promulgada em clima de redemocratização do Brasil. Em que pesem as



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

conquistas no campo dos direitos fundamentais, o processo democrático ainda era incipiente e não conseguiu impedir o golpe militar em 1964, marcado pelo retrocesso das instituições democráticas, dos direitos fundamentais e da cidadania. O período do regime militar (1964-1985) apresentou muitos retrocessos em relação à conquista da cidadania, com a restrição drástica dos direitos civis e políticos, com base na ideologia da “segurança nacional”. Com a redemocratização do país, a Constituição de 1988 traz novas esperanças no caminho da construção da cidadania. 3) Num terceiro estudo será analisada a cidadania a partir dos não cidadãos, ou seja, dos excluídos, como as minorias, as mulheres, as crianças, os idosos, os refugiados dentre outros grupos excluídos. O estudo da cidadania engloba inevitavelmente o estudo não só dos cidadãos, mas também dos não cidadãos. A partir dessa perspectiva a pesquisa visa estudar a ausência de cidadania e as suas consequências na contemporaneidade.

Nome do projeto de pesquisa

8 - PROTEÇÃO INTEGRAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA COMO FORMA DE ASSEGURAR O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SOCIEDADE

Professor (a) - CAROLINA MAGNANI HIROMOTO

E-mail para contato com o Professor - cmagnani@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 5

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: A média do desempenho acadêmico no último semestre já concluído.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O estudo trilhará pela análise da normativa internacional, inclusive a Agenda 2030, da legislação pátria a respeito do direito ao desenvolvimento e à proteção Integral, bem como das diretrizes de políticas públicas preconizadas por organismos internacionais, as adotadas em âmbito nacional e da jurisprudência. O escopo é demonstrar que o direito ao desenvolvimento sustentável pressupõe a promoção e proteção dos interesses relativos a primeira infância mediante a satisfação de seus direitos fundamentais, em especial os específicos como convivência familiar e comunitária, educação, alimentação apropriada e brincar.

OBJETIVO

O escopo é demonstrar que o direito ao desenvolvimento sustentável pressupõe a promoção e proteção dos interesses relativos a primeira infância mediante a satisfação de seus direitos fundamentais, em especial os específicos como convivência familiar e comunitária, educação, alimentação apropriada e lazer/brincar.



Nome do projeto de pesquisa

9 – MANDADO DE SEGURANÇA E EFEITOS PATRIMONIAIS: VARIAÇÕES SOBRE O TEMA

Professor (a) - CASSIO SCARPINELLA BUENO

E-mail para contato com o Professor - scarpinella@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise de currículo acadêmico e entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A pesquisa volta-se à análise dos efeitos patrimoniais do mandado de segurança para constatar de que forma ele é ou não compatível com o modelo constitucional do direito processual civil, com a atual legislação do mandado de segurança (Lei n. 12.016/2009), com o Código de Processo Civil de 2015, na perspectiva da jurisprudência e da doutrina da atualidade.

Para alcançar tais objetivos será mister desenvolver uma visão crítica do sistema brasileiro de precedentes, revisitando, inclusive, antigas Súmulas do STF (Súmulas 269 e 271) para verificar se e como elas podem subsistir na atualidade.

A pesquisa também busca detectar e analisar desdobramentos do seu tema central (reconhecimento dos efeitos patrimoniais a partir da concessão de mandado de segurança) como, por exemplo, os métodos de concretização da respectiva tutela jurisdicional.

Palavras-chave: Mandado de segurança. Modelo constitucional do direito processual civil. Efetividade do processo. Eficiência processual. Efeitos patrimoniais.

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa é proceder a um exame crítico do tema proposto levando em conta sua evolução desde as Súmulas 269 e 271 do STF, passando pela Lei n. 5.021/1966 e chegando à Constituição de 1988, à Lei n. 12.016/2009 (atual lei que disciplina o mandado de segurança) e ao novo Código de Processo Civil, Lei n. 13.105/2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

10 - DIREITO, DECOLONIALIDADE e o REDIMENSIONAMENTO DA UTOPIA DEMOCRÁTICA: por uma Razão Jurídica Sensível

Professor (a) - CELESTE MARIA GAMA MELAO

E-mail para contato com o Professor - cmmelao@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: análise de currículo e entrevista com o aluno.

Resumo do Projeto de Pesquisa

De espectro alargado, o projeto de pesquisa tem como escopo, abrir a possibilidade focada de se pesquisar sobre: as temáticas da correlação entre o Direito e as tendências teóricas e práticas de decolonialidade; a compreensão e a reflexão sobre a identidade do Direito na América Latina; a verificação das teorias e meios hábeis para a afirmação de uma razão jurídica sensível e a revisão e/ou reestudo sobre a Utopia Democrática, visando aferir a possibilidade de seu redimensionamento e ressignificação.

OBJETIVO

OBJETIVO GERAL: Tornar acessível aos alunos que visam iniciar sua vida de pesquisa acadêmica através da Iniciação Científica, um campo de estudos atual nas áreas da Filosofia e da Sociologia do Direito, também alinhado com as necessidades e demandas sociais por dignidade, igualdade e justiça, provedor de estímulos à reflexão crítica e à práxis ética, com foco nas temáticas da correlação entre o Direito e as tendências teóricas e práticas de decolonialidade verificadas na América Latina; com foco também na compreensão e na reflexão sobre a identidade latino-americana. E ainda, na verificação das teorias e meios hábeis para a consecução de uma razão jurídica sensível. Tudo com vistas à pesquisa em revisão e/ou em reestudo, sobre a possibilidade de se verificarem teorias e práxis no sentido do redimensionamento/ressignificação da Utopia Democrática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: 1. Refletir sobre referências teóricas que possam ser base para a sedimentação de uma razão jurídica sensível, em contraposição à racionalidade jurídica tradicional; 2. Identificar se o Direito pode ser uma força motriz para a decolonialidade e para a emancipação; 3. Produzir estudos na área da Filosofia e da Sociologia do Direito para além do ideário eurocêntrico pós-moderno; 4. Entender e resgatar a identidade Latino Americana como base do pensar jurídico e do pensar a democracia; 5. Estudar o Direito e a materialização da Justiça Social na América Latina e no Brasil; 6. Verificar a possibilidade de ressignificação das práxis e da utopia democráticas.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

11 - DIREITO E SUSTENTABILIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE OS ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES E ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030.

Professor (a) - CLARISSA FERREIRA MACEDO D'ISEP

E-mail para contato com o Professor - clarissamacedo@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Adesão ao tema do projeto e histórico acadêmico.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A Organização das Nações Unidas (ONU) pretendendo a efetividade do desenvolvimento sustentável, propões a Agenda 2030 com 17 objetivos. Pretende-se um estudo da integração e sinergia entre os ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e o ODS 17 (parcerias e meios de implementação) mediante a identificação de instrumentos e mecanismos de gestão e de melhoria contínua dos mesmos.

OBJETIVO

Objetivo Geral:

Promover a pesquisa de temas relevantes relacionados à concretização do desenvolvimento sustentável a fim de garantir a sadia qualidade de vida a todos.

Objetivo específico:

Identificar e propor mecanismos de gestão que visem a integração dos ODS 16 e ODS 17. Temas e questões que nos desafiam, precipuamente, como a concretização da paz e justiça deverão ser trazidos à baila, de forma cooperativa, colaborativa e otimizada pelas instituições e governo.

Compreender o fenômeno da sociedade complexa em todos os níveis (local, regional, nacional e internacional) e legitimar-se na produção de conhecimento científico que permitirá aos tomadores de decisão, da esfera pública, privada e coletiva, a proposição de alternativas, no âmbito jurídico, aos problemas encontrados que norteiem a efetividade dos ODS 16 e 17.

Nome do projeto de pesquisa

12 - O DIREITO INTERNACIONAL HUMANO: QUESTÕES ATUAIS NA BUSCA DE UM DIREITO HUMANIZADO

Professor (a) - CLARISSA LAUPMAN FERRAZ LIMA

E-mail para contato com o Professor - clflima@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Avaliação de Projeto de Pesquisa.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Resumo do Projeto de Pesquisa

Os atuais cenários nacional e internacional têm gerado insegurança no que concerne a proteção da pessoa humana, uma vez que cada vez mais percebemos a presença de protecionismos estatais, xenofobismo e consequências ambientais alarmes dentro de nosso planeta.

Para compor o estudo acadêmico, de tão grande relevância para a humanidade, procuramos incentivar a produção de trabalhos científico-acadêmicos sobre as questões atuais de Direito Internacional e Humano que alcancem nosso tema central: a proteção da pessoa humana.

OBJETIVO

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar diferentes áreas do Direito Internacional Público e dos Direitos Humanos para construirmos uma resposta adequada para a proteção de Direitos Humanos Internacionais com fundamentação teórica nos documentos produzidos internacionalmente.

Portanto, os objetivos específicos dessa pesquisa são:

a. Identificar se os direitos humanos se encontram ameaçados frente ao presente cenário internacional.

Nome do projeto de pesquisa

13 - DIREITO, LIBERDADE E MUDANÇA SOCIAL

Professor (a) - CLÁUDIO GANDA DE SOUZA

E-mail para contato com o Professor - claudioganda@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 5

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Rendimento escolar, com ênfase nas disciplinas críticas, especialmente em Filosofia e Filosofia do Direito.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Pesquisa voltada para a investigação da educação formal como instrumento de formação universal, com vistas à libertação e verdadeira emancipação do homem em relação aos jugos possíveis durante sua existência, perscrutação essencial que se ocupa de averiguar as condições existenciais do homem contemporâneo, especialmente no intento de certificar a verdadeira extensão da liberdade e igualdade propaladas como apanágio da dignidade da pessoa humana.

OBJETIVO

Geral Partindo da presunção de que o poder ideológico se oferece como instrumento modulador dos poderes econômico e político para a manutenção do status quo social, em cujo cenário os sinais evidenciadores das desigualdades se tornam bastante eloquentes ao mesmo tempo em que encobre dominação e dissimula a participação popular, buscar-se-á dotar de fundamentos teóricos a imperatividade de se abrir caminho à concretização dos princípios e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os que entendem com a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o bem de todos, enfim.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Específico Se o objetivo geral é centrado na compreensão do poder/função estatal de decidir e de dispor sobre o modelo educacional voltado para as artes mecânicas e assim comprometido com a atividade produtiva nacional, em detrimento da própria formação de um homem livre, o objetivo específico da pesquisa é a análise do ensino oficial nesse contexto meramente reprodutivo, dogmático e desprovido de compromisso com os fundamentos da dignidade da pessoa humana, vez que, a confirmar a tese central, restará assentada a certeza do desvio de finalidade do Estado ou, ao menos, o seu descompasso com os vetores postos em relevo pelos Direitos Humanos, especificamente no que concerne à possibilidade de plenitude das potencialidades de todo os nacionais.

Nome do projeto de pesquisa

14 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS

Professor (a) - CLÁUDIO JOSÉ LANGROIVA PEREIRA

E-mail para contato com o Professor - claudiopereira@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise da proposta e do currículo do estudante, além do semestre que o mesmo se encontra cursando.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O presente projeto busca investigar a posição dos juízes criminais frente às novas formas de investigação, que diferem do inquérito precipuamente conduzido pela Polícia Judiciária. Desde os Procedimentos Investigatórios Criminais (PIC), conduzidos diretamente pelo Ministério Público, até as investigações que contam com ampla participação de órgãos sem função primária de persecução penal, como a Receita Federal e as Fazendas Estaduais, tendo em vista as limitações técnicas desses órgãos e a questão de eventual prejuízo à defesa e aos Direitos Fundamentais do acusado. Será conduzida pesquisa de campo em varas criminais estaduais e federais, visando retratar a realidade material dos casos que envolvem PICs. Palavras-chave: Procedimentos Investigatórios Criminais; produção probatória; investigação criminal.

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa é trazer à luz como, na prática, tem sido a evolução dos casos criminais que têm por base investigações que escapam ao modelo tradicional, realizado preponderantemente pela Polícia Judiciária. O destaque é dado aos impactos no recebimento da denúncia, na produção probatória, no exercício da defesa e na proteção aos Direitos Fundamentais do investigado.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

15 - O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A NECESSÁRIA EFETIVAÇÃO DA LEI 13.146/2015 PARA UMA SOCIEDADE PLURAL

Professor (a) - DEBORAH REGINA LAMBACH FERREIRA DA COSTA

E-mail para contato com o Professor - drcosta@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: histórico escolar e entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Todos têm direito ao acesso às oportunidades educacionais e a uma educação de qualidade, com a participação conjunta do Estado, da família e da sociedade para a efetivação do Estado Democrático de Direito e da dignidade da pessoa humana. Sendo a escola um poderoso "locus" de formação moral, ética, estética e política, a lei brasileira prega o atendimento dos alunos com deficiência em classes comuns. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, também chamado Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/15), nos artigos 27 a 30, disciplina o direito à educação e, embora tenha por finalidade a inclusão social, infelizmente não alcançou esse desiderato. Faz-se necessária uma maior dedicação aos aspectos educativos envolvidos na legislação, e intenso acompanhamento da efetivação desses direitos na prática, com o rompimento das barreiras físicas, arquitetônicas e atitudinais buscando a integração de todos os alunos, para a vivência e convivência em uma sociedade plural. O objetivo do trabalho é responder à pergunta de que, mesmo diante de todo o aparato legislativo e de políticas públicas, quais são os obstáculos que precisam ser superados para a efetiva implementação da Lei Brasileira de Inclusão na Educação.

Palavras-chave: educação; direito; inclusão; efetividade

OBJETIVO

O objetivo do estudo é averiguar se o ensino inclusivo brasileiro tem aparato técnico e jurídico para substancializar um trabalho articulado entre pais, professores, educadores e alunos e alunos com deficiência. E responder à pergunta de que, mesmo diante de todo o aparato legislativo e de políticas públicas, quais são os obstáculos que precisam ser superados para a efetiva implementação da Lei Brasileira de Inclusão na Educação.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

16 - A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E HERMENÊUTICA

Professor (a) - ERIK FREDERICO GRAMSTRUP

E-mail para contato com o Professor - erikfg@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 1

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Disponibilidade de horas para o estudo e contato anterior com o tema-objeto. Participação no desenvolvimento de plano de pesquisa.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto tem como tema a Judicialização da Saúde, com base no instituído pela Carta Magna de 1988 em sua seção II, “da saúde”. Esse tema abrange elementos essenciais do direito brasileiro: o direito ao mínimo existencial, vinculado aos direitos sociais; a busca jurisdicional dos direitos; o dever ou faculdade do Estado nessa relação; o impacto para disso para a parcela da sociedade que se encontra em um estado de vulnerabilidade social; os efeitos orçamentários nos Estados. Nesse prisma, a busca da tutela jurisdicional pelo direito à saúde tem se colocado de forma recorrente na sociedade hodierna, ao passo que muitos são os casos concretos a serem analisados capazes de demonstrar os elementos que permeiam essa discussão. De modo mais específico, o recorte será pautado em um caso concreto de alta relevância, que foi escolhido como de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal, sendo, portanto, capaz de pacificar o tema nos moldes suscitados pelo Recurso Extraordinário 566.471/RN.

Palavras-chave: direito, saúde, repercussão geral, tutela jurisdicional.

OBJETIVO

No que concerne às expectativas e objetivos, espera-se que o projeto permita a elaboração de pesquisas de aprofundamento sobre o papel do Estado em garantir medicamentos de saúde para seus cidadãos, desenvolvendo um pensamento crítico a respeito do tema e incentivando outros pesquisadores a iniciarem seus trabalhos acadêmicos. A expectativa é de que se possa, por intermédio do projeto de pesquisa, sistematizar conceitos importantes em relação aos direitos sociais constitucionais, com enfoque no direito à saúde, assim como possibilitar a visualização de um panorama da situação atual do fornecimento desses medicamentos e o delineamento de que bases terão que ser analisadas para a compreensão da judicialização da saúde nos termos colocados pelo Recurso Extraordinário.

Ademais, pretende-se realizar uma análise comparativa entre países que consideram o esse fornecimento de medicamentos como um dever do Estado e os que o isentam desse papel. Com isso, espera-se auxiliar no aprofundamento da compreensão sobre os direitos que abrangem todo povo brasileiro e permitir a comparação em relação aos países que se posicionam de forma distinta.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Nome do projeto de pesquisa

17 - O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Professor (a) - FLAVIA DE CAMPOS PINHEIRO

E-mail para contato com o Professor - fcpinheiro@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Aderência da pesquisa ao tema, aproveitamento do aluno na disciplina, interesse pela pesquisa e disciplina.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A história dos direitos fundamentais tem direta relação com o surgimento do moderno Estado Constitucional, cuja razão de ser reside justamente no reconhecimento e na proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais. Assim, é possível afirmar que a história dos direitos fundamentais é também a história da limitação do poder do Estado.

O projeto de pesquisa tem por enfoque o estudo do reconhecimento, interpretação e efetividade dos Direitos Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e em Tratados Internacionais de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro e o papel dos instrumentos de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos em caso de descumprimento desses direitos.

Nessa seara, busca-se verificar de que forma o Supremo Tribunal Federal vem decidindo as ações que envolvem controle de constitucionalidade das leis e atos normativos, tanto difuso quanto concentrado, interpretando o conteúdo dos direitos fundamentais e contribuindo para a concretização de tais direitos.

Direitos Fundamentais – Controle de constitucionalidade – Liberdades Públicas – Efetivação de direitos

OBJETIVO

Considerando o que foi exposto no item anterior (justificativa da pesquisa), o objetivo da pesquisa que se pretende desenvolver, através do estudo da atuação do Supremo Tribunal Federal quando provocado a decidir a respeito do conteúdo e dos limites dos Direitos Fundamentais, é: (i) verificar de que forma o Supremo Tribunal Federal decide demandas envolvendo direitos fundamentais (ii) investigar a possibilidade de concretização dos direitos fundamentais por parte do Supremo Tribunal Federal.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

18 - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS EM FACE DO DIREITO DIGITAL

Professor (a) - GREICE PATRÍCIA FULLER

E-mail para contato com o Professor - gfuller@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise de currículo acadêmico e entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Este projeto será desenvolvido nos anos de 2020/2021 enfrentando de forma reflexivo-crítica temas referentes à realidade da dinâmica das novas tecnologias de informação que visam a contemplar pesquisas de orientandos da iniciação científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OBJETIVO

A pesquisa busca dentre outros dados e fatos, analisar a nova realidade jurídica e fática do surgimento das novas tecnologias na área jurídica e para o cumprimento desta tarefa, as reuniões serão conduzidas através da análise de temas levantados pelos pesquisadores e por mim em face de estudos já elaborados em artigos, pareceres e estudos que vimos realizando ao longo do Pós-Doutorado concluído através de bolsa concedida pela CAPES (Universidad de Navarra – Espanha : janeiro de 2015 a agosto de 2016).

Os estudos terão como cerne principiológico o estudo do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, assentando suas bases cognitivas em temas multidisciplinares e paradigmáticos, envolvendo a criminalidade digital, a proteção de dados pessoais, instrumentos punitivos, compliance e justiça restaurativa e os fenômenos da deep web, dark web e as redes sociais, circulação de dados e proteção Jurídica dos dados pessoais em face de direitos Humanos e da personalidade e da responsabilidade criminal; direitos à intimidade e privacidade na sociedade das novas tecnologias sob o viés da Lei de Proteção de Dados Pessoais e das leis penais; segurança da informação e violação aos direitos fundamentais: criptografia e vigilância; responsabilidade dos provedores de internet em face do Marco Civil da Internet e do Direito Penal e Processual Penal; o Direito Penal Difuso e a transnacionalização do crime no Direito Digital transnacional.

Nome do projeto de pesquisa

19 - ESTADO DE DIREITO: LIBERDADE E IGUALDADE COMO DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL E SOCIAL

Professor (a) - HELGA KLUG DOIN VIEIRA

E-mail para contato com o Professor - hkvieira@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário:



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto tem por objetivo fazer uma avaliação, através de pesquisa que envolve diferentes modos de abordagem do tema, se a igualdade e a liberdade, cernes de desenvolvimento humano, são condições para o desenvolvimento humano e se a estruturação política do Estado influencia nessa conquista, ou seja, se há repercussão no desenvolvimento econômico e social o modo de estruturação política do estado.

Observar se discursos com fortes cargas ideológicas podem alterar e ou influenciar na implementação de estados totalitários e se a o descontentamento, a insegurança e a corrupção da população podem fomentar o início de estados totalitários.

Examinar o desenvolvimento da sociedade dentro de um estado de direito e como se processa esse desenvolvimento num estado totalitário.

Considerando que o tema se relaciona com garantias fundamentais, pesquisar se a alteração de regime de governo afeta o desenvolvimento, a liberdade e a igualdade. A pesquisa tem também por objetivo observar como as novas ferramentas tecnológicas podem desenvolver o ser humano e gerar liberdade, reduzindo desigualdades e contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Se vivemos na atualidade uma revolução tecnológica, como parece, se essa revolução, que para muitos estudiosos supera em muito o processo da Revolução Industrial, poderá representar um avanço da Humanidade para um novo patamar de desenvolvimento e de liberdade ou se a ferramenta tecnológica usada inadequadamente poderá gerar um caos, especialmente quando usada por governos, reduzindo as possibilidades de desenvolvimento em favor da maioria e ampliando a gritante desigualdade.

OBJETIVO

Examinar o desenvolvimento da sociedade dentro de um estado de direito e como se processa esse desenvolvimento num estado totalitário.

Considerando que o tema se relaciona com garantias fundamentais, pesquisar se a alteração de regime de governo afeta o desenvolvimento, a liberdade e a igualdade. A pesquisa tem também por objetivo observar como as novas ferramentas tecnológicas podem desenvolver o ser humano e gerar liberdade, reduzindo desigualdades e contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Se vivemos na atualidade uma revolução tecnológica, como parece, se essa revolução, que para muitos estudiosos supera em muito o processo da Revolução Industrial, poderá representar um avanço da Humanidade para um novo patamar de desenvolvimento e de liberdade ou se a ferramenta tecnológica usada inadequadamente poderá gerar um caos, especialmente quando usada por governos, reduzindo as possibilidades de desenvolvimento em favor da maioria e ampliando a gritante desigualdade.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

20 - DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR ANTICORRUPÇÃO

Professor (a) - JOSE ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

E-mail para contato com o Professor - jroliveira@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Melhor rendimento escolar, conforme histórico da PUCSP, confrontando média de todas as notas de disciplinas já cursadas pelo candidato.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O Projeto de Pesquisa tem como objeto a análise, estudo e compreensão do Direito Administrativo Sancionador Brasileiro Anticorrupção, como estrutura sistemática de normas jurídicas que visam tutelar o interesse público anticorrupção, sob o prisma da prevenção, dissuasão e repressão, dentro do contexto do Estado Democrático de Direito.

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa é avançar na compreensão geral do sistema brasileiro de DAS Anticorrupção, em seus diversos componentes normativos e institucionais, para que se possa contribuir para aperfeiçoamentos nesta área do direito público.

Nome do projeto de pesquisa

21 - O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Professor (a) - JULIANA CARDOSO RIBEIRO BASTOS

E-mail para contato com o Professor - jcbastos@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: O tema da pesquisa.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A história dos direitos fundamentais tem direta relação com o surgimento do moderno Estado Constitucional, cuja razão de ser reside justamente no reconhecimento e na proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais. Embora não se desconheça que a antiguidade foi o berço de algumas ideias essenciais para o reconhecimento dos direitos humanos, o estudo volta-se ao modelo inaugurado pelas primeiras constituições escritas do Século XVIII, considerando-se o objetivo da presente pesquisa.

O projeto de pesquisa tem por enfoque o estudo do reconhecimento, interpretação e efetividade dos Direitos Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e em Tratados Internacionais de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro e o papel dos instrumentos de controle de constitucionalidade das leis e



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

atos normativos em caso de descumprimento desses direitos. Busca-se verificar de que forma o Supremo Tribunal Federal vem decidindo as ações que envolvem controle de constitucionalidade das leis e atos normativos.

OBJETIVO

Considerando o que foi exposto no item anterior (justificativa da pesquisa), o objetivo da pesquisa que se pretende desenvolver, através do estudo da atuação do Supremo Tribunal Federal quando provocado a decidir a respeito do conteúdo e dos limites dos Direitos Fundamentais, é: (i) verificar de que forma o Supremo Tribunal Federal decide demandas envolvendo direitos fundamentais (ii) investigar a possibilidade de concretização dos direitos fundamentais por parte do Supremo Tribunal Federal.

Nome do projeto de pesquisa

22 - EFETIVIDADE DE DIREITOS – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA FRATERNIDADE E DA DIGNIDADE HUMANA

Professor (a) - LAFAYETTE POZZOLI

E-mail para contato com o Professor - lafayette@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise do Currículo Lattes e do Projeto de Pesquisa.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O presente projeto de pesquisa está vinculado ao Grupo de Pesquisa GEDs - Direitos Fundamentais à Luz da Doutrina Social, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificado pela PUC-SP.

Considerando que os princípios constitucionais da fraternidade e da dignidade humana requerem desenvolvimentos de pesquisas que possam apontar para a criação de uma cultura e um processo de análise reflexiva dos respectivos princípios, nos seus vários aspectos, ampliando a capacidade dos mesmos em auxiliar no processo de interpretação do direito, melhorando a condição de ser paradigmas hermenêuticos característicos como forma de melhor efetividade do direito neste Século XXI.

As pesquisas provenientes deste projeto resultarão em publicações científicas, subsidiando a área do direito para uma maior compreensão e uso destes princípios. Com o trabalho será possível sensibilizar as autoridades da ONU para que possa o princípio da fraternidade ser parte integrante dos objetivos da Agenda ONU 2045. Palavra-Chave: Direito Constitucional; Fraternidade; Dignidade da Pessoa Humana; Humanismo; Filosofia do Direito.

OBJETIVO

A pesquisa tem por objetivo encontrar, a partir do pensamento humanista, a fundamentação para delimitar os conceitos que envolvem os princípios



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

constitucionais da fraternidade e da dignidade humana e indicar suas funções como paradigmas hermenêuticos predominante do direito na atualidade, isto considerando que os princípios constitucionais da liberdade e da igualdade tiveram suas predominâncias hermenêuticas no direito brasileiro até o início do Século XXI. Após estes estudos, poder indicar o princípio da fraternidade como um dos objetivos da Agenda ONU 2045, um documento que começa a ser construído a partir de agora e que poderá legar uma orientação de paradigma hermenêutico da fraternidade para todos os ordenamentos jurídicos dos países membros da ONU. Enfim, estudar os conceitos, especialmente em relação a seu caráter instrumental, no contexto do Estado Constitucional Fraternal, bem como suas relações com os Direitos Fundamentais.

Nome do projeto de pesquisa

23 - RAÇA, GÊNERO E ETNIA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS.

Professor (a) - LUCINEA ROSA DOS SANTOS

E-mail para contato com o Professor - lrsantos@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Aderência da pesquisa ao projeto da professora e disponibilidade de tempo para cumprir as metas de elaboração de textos para o desenvolvimento do trabalho.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Objetiva-se propiciar uma análise dos direitos econômicos, sociais e culturais numa perspectiva de raça, gênero e etnia.

No campo doutrinário acerca do tema, especialmente sob o viés dos direitos humanos, uma análise sobre o racismo, preconceito racial e discriminação raça/cor, buscando fazer análise sobre a proteção à igualdade racial e combate ao racismo nas legislações constitucionais e infraconstitucional antes da promulgação da Constituição Federal vigente, e as legislações posteriores à atual Constituição e as políticas de ações afirmativas adotadas e o resultado destas para o combate ao racismo, e promoção da igualdade racial.

Com perspectiva na igualdade de gênero, inserindo no presente projeto, as disposições do artigo I, inciso 4º, da Constituição Federal, que proíbem todas as formas de discriminação baseadas em diferenças étnico-raciais e do artigo V, na alínea "e" (i), a qual dispõe sobre o acesso ao trabalho com dignidade e direitos respeitados como: livre escolha de trabalho, condições equitativas e satisfatórias de trabalho e direitos ao trabalho, sob uma intersecção entre mulheres negras, como também, mulheres transexual. Ainda uma perspectiva das populações indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, no âmbito, econômico, social, cultural e violência.

OBJETIVO

A pesquisa tem por objetivo, fazer uma análise aprofundada da desigualdade



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

existente, em relação aos grupos étnico/racial e de gênero, inclusive quanto a identidade de gênero. A pesquisa também, revelará a violência, seja esta, por parte do Estado, no âmbito doméstico e comunitário, sob a perspectiva de raça, gênero e etnia.

Nome do projeto de pesquisa

24 - IGUALDADE DE RAÇA, GÊNERO E ETNIA

Professor (a) - LUCINEIA ROSA DOS SANTOS

E-mail para contato com o Professor - lrsantos@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Aderência da pesquisa ao projeto da professora e disponibilidade de tempo para cumprir as metas de elaboração de textos para o desenvolvimento do trabalho.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Objetiva-se propiciar uma análise dos direitos econômicos, sociais e culturais numa perspectiva de raça, gênero e etnia.

No campo doutrinário acerca do tema, especialmente sob o viés dos direitos humanos, uma análise sobre o racismo, preconceito racial e discriminação raça/cor, buscando fazer análise sobre a proteção à igualdade racial e combate ao racismo nas legislações constitucionais e infraconstitucional antes da promulgação da Constituição Federal vigente, e as legislações posteriores à atual Constituição e as políticas de ações afirmativas adotadas e o resultado destas para o combate ao racismo, e promoção da igualdade racial.

Com perspectiva na igualdade de gênero, inserindo no presente projeto, as disposições do artigo I, inciso 4º, da Constituição Federal, que proíbem todas as formas de discriminação baseadas em diferenças étnico-raciais e do artigo V, na alínea "e" (i), a qual dispõe sobre o acesso ao trabalho com dignidade e direitos respeitados como: livre escolha de trabalho, condições equitativas e satisfatórias de trabalho e direitos ao trabalho, sob uma intersecção entre mulheres negras, como também, mulheres transexual. Ainda uma perspectiva das populações indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, no âmbito, econômico, social, cultural e violência.

OBJETIVO

A pesquisa tem por objetivo, fazer uma análise aprofundada da desigualdade existente, em relação aos grupos étnico/racial e de gênero, inclusive quanto a identidade de gênero. A pesquisa também, revelará a violência, seja esta, por parte do Estado, no âmbito doméstico e comunitário, sob a perspectiva de raça, gênero e etnia.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Nome do projeto de pesquisa

27- DEMOCRACIA, DIREITO PÚBLICO E ESTADO DE EXCEÇÃO.

Professor (a) - LUIS MANUEL FONSECA PIRES

E-mail para contato com o Professor lmpires@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário:

Interesse no tema, dedicação aos estudos e disponibilidade para pesquisa.

Resumo do Projeto de Pesquisa

As novas formas de autoritarismo que se constituem a partir do final do século XX e elaboram-se no atual apresentam desafios à compreensão de seu modo de constituir-se e operar. A democracia e o Estado de Direito são erodidos a partir de seus próprios elementos. Há necessidade então de compreender as novas ideias políticas que circulam, as conexões com a ciência jurídica, em especial com o direito público, e as ameaças à democracia.

Palavras-chave: Estado de exceção; Democracia; Autoritarismo.

OBJETIVO

O propósito deste projeto é ampliar a reflexão crítica do direito, em particular do direito público, que deve também ser compreendido e analisado a partir de conexões com a ciência política e a filosofia política, e a contextualização com a história, o que se faz de modo a entender quais são, na atualidade, as ameaças à democracia, e o que se pode pensar para protegê-la e aos direitos fundamentais assegurados na Constituição.

Nome do projeto de pesquisa

25 - A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Professor (a) - LUIZ ALBERTO DAVID ARAUJO

E-mail para contato com o Professor - ladafmda@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Projeto, curriculum do aluno e se for necessário, entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Discute o grau de inclusão social das pessoas com deficiência, passando por acessibilidade, direito à inclusão, educação, dentre outros. Vagas reservadas, limites etc.

Pessoa com deficiência - inclusão social - acessibilidade - vagas reservadas - Lei



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência.

OBJETIVO

Estudar a inclusão a partir do texto constitucional.

Nome do projeto de pesquisa

26 - A LÓGICA DA PROVA TESTEMUNHAL COMO SUBSTITUTA DA PROVA PERICIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 167 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, EM VISTA DA SEGURANÇA JURÍDICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.

Professor (a) - MARCELO AUGUSTO CUSTÓDIO ERBELLA

E-mail para contato com o Professor - merbella@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Aproveitamento no curso e, principalmente, na matéria de processo penal, o que se fara por meio de análise do histórico escolar.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Os tribunais têm adotado, majoritariamente, sem se atentar aos critérios logico-jurídicos aplicáveis ao tema, o entendimento de que, com o desaparecimento dos vestígios deixados pela conduta nos crimes materiais, há substituição automática da prova pericial pela prova testemunhal. Necessário, então, um estudo sobre a razão prática e lógica da exigência legal do exame de corpo de delito para comprovação da materialidade dos crimes materiais e qual a função da prova testemunhal na impossibilidade do acesso direto do perito ao corpo de delito, o que apontará quais os critérios para a aplicação no caso concreto do disposto no art. 167 do Código de processo Penal. Prova pericial; prova testemunhal; desaparecimento dos vestígios.

OBJETIVO

Análise da Prova pericial e da prova testemunhal, no processo penal no Estado Democrático de Direito, em face do desaparecimento dos vestígios nos crimes materiais e a superação desta deficiência pela prova testemunhal.

Nome do projeto de pesquisa

27 - AÇÃO RESCISÓRIA - PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS - LEGIMITIDADE - PROVAS - COISA JULGADA - PRECEDENTES

Professor (a) - MÁRCIA CONCEIÇÃO ALVES DINAMARCO

E-mail para contato com o Professor - mdinamarco@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Rua Monte Alegre, 984 - São Paulo/SP – CEP 05014-901 - Fone: (11) 3670-8000
<http://www.pucsp.br/> - direito@pucsp.br



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Aluno esteja cursando, no mínimo o 5. semestre e tenha média mínima na matéria de 7,0.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Ação rescisória como ação típica com a finalidade de desconstituir a coisa julgada, que é uma garantia constitucional, serve de equilíbrio entre dois valores essenciais para a sociedade, justiça x coisa julgada.

Sendo uma ação típica, tem como requisito de admissibilidade, não só as hipóteses taxativas previstas no art. 966, CPC, mas também prazo, legitimidade, pronunciamento judicial que é passível de desconstituição e o trânsito em julgado. Necessário dentro da ciência constitucional e processual, estudar referida ação típica como meio excepcional, sendo que em razão na nora era do processo, que valoriza os precedentes, estudar o seu cabimento não só como forma de equilíbrio entre coisa julgada e justiça, mas também a coisa julgada x segurança jurídica e isonomia.

OBJETIVO

Estudo do sistema constitucional e processual.

Nome do projeto de pesquisa

28 - O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E A LEI DE PROTEÇÃO GERAL DE DADOS, NO CONTEXTO DOS AGENTES PÚBLICOS

Professor (a) - MARCOS DE LIMA PORTA

E-mail para contato com o Professor - mporta@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Projeto apresentado e aproveitamento acadêmico.

Resumo do Projeto de Pesquisa

em síntese pretende-se investigar a relação entre o princípio da transparência e as influências da nova LGPD, no contexto dos agentes públicos. os dados pessoais destes até então estavam disponíveis para qualquer pessoa. com a entrada da nova lei, essa situação alterou-se surgindo uma nova realidade jurídica. os contornos dessas relações é o que se pretende investigar com este projeto de pesquisa.

OBJETIVO

compreender que a transparência sobre os influxos da LGPD e que há meios de se estabelecer a compatibilidade de ambas no caso concreto no contexto dos dados dos agentes públicos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Nome do projeto de pesquisa

29 - DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E A CONSENSUALIDADE

Professor (a) - MARCOS DE LIMA PORTA

E-mail para contato com o Professor - mporta@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Projeto e rendimento acadêmico.

Resumo do Projeto de Pesquisa

com este projeto de pesquisa pretende-se investigar se é possível em termos jurídicos, e caso positivo em até qual extensão, aplicar a consensualidade no contexto do direito administrativo disciplinar, quer em relação à fase processual quer em relação à fase em que a sanção já tenha sido aplicada.

OBJETIVO

compreender a influência da consensualidade no contexto do direito disciplinar.

Nome do projeto de pesquisa

30 - O DIREITO DA FUNÇÃO PÚBLICA E A REFORMA ADMINISTRATIVA. AVANÇOS OU RETROCESSOS?

Professor (a) - MARCOS DE LIMA PORTA

E-mail para contato com o Professor - mporta@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 1

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Projeto e rendimento acadêmico.

Resumo do Projeto de Pesquisa

o direito da função pública dispõe sobre a profissionalização dos agentes públicos em geral. no congresso nacional há um projeto de lei que dispõe sobre a reforma administrativa. esta, caso vire lei, repercutirá no regime jurídico dos agentes públicos. esta pesquisa visa investigar os avanços e retrocessos que essa medida poderá causar

OBJETIVO

compreender se a reforma administrativa traz avanços ou retrocessos ao direito da função pública.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Nome do projeto de pesquisa

31 - ÉTICA, LINGUAGEM E JUSTIÇA

Professor (a) - MARIA CELESTE CORDEIRO LEITE DOS SANTOS

E-mail para contato com o Professor - mccsantos@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O impacto do "homem cordial", na obra " Raízes do Brasil", (1937) de Sergio Buarque de Holanda, na insegurança jurídica do ordenamento brasileiro hoje, perpassa por questões históricas, filosóficas e interpretativas que influenciaram a formação e deformação do direito pátrio. Aprender uma nova língua a fim de viver genuinamente dentro dela exige transformação interior. Muito mais está em jogo que aprender novas palavras para os velhos conceitos que se possui. Falar corretamente uma língua significa entrar plenamente nos valores e sensibilidades de uma cultura diferente da própria e apropriar-se dela. Tradições jurídicas e histórias formam o Direito Brasileiro e serão aqui trabalhadas. Palavras Chave: Formação do Direito Brasileiro; ética, bioética e biodireito; Filosofia Jurídica.

OBJETIVO

Objetivo geral: 1. Analisar a obra "Raízes do Brasil" em seu contexto histórico e comparativo com a atualidade.

2 - Pesquisar os reflexos e impactos do conceito de "homem cordial" na formação do Direito Brasileiro.

Objetivos específicos: Estudar os " precedentes judiciais ".

Análise de casos (cases).

Nome do projeto de pesquisa

32 - BIÓS - BIODIREITO / BIOÉTICA / BIOPOLÍTICA

Professor (a) - MARIA GARCIA

E-mail para contato com o Professor - mgarcia@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Estudiosos de Biodireito / Bioética / Bioeconomia / Biopolítica.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto envolve reuniões mensais, debates com temas específicos, artigos para publicação na Revista de Direito Constitucional e Internacional, eventos anuais.

OBJETIVO



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Envolver e ampliar o estudo das áreas do Biodireito etc. a fim de esclarecer e também estudar a interpretação das leis específicas que incidem sobre essas diferentes áreas: Biodireito / Bioética / Bioeconomia / Biopolítica

Nome do projeto de pesquisa

33 - HERMENÊUTICA E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO CONSTITUCIONALISMO GLOBAL

Professor (a) - MARINA FARACO

E-mail para contato com o Professor - marinafaraco@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise do plano de trabalho do aluno e entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A interconexão entre ordens jurídicas nacionais, conectadas, reciprocamente, através dos tratados internacionais de que sejam partes ambos os Estados, faz com que os sistemas jurídicos estatais, no Constitucionalismo Global, partilhem de um mesmo e último fundamento de validade, o jus cogens, assim considerado o conjunto básico de direitos fundamentais imanentes à própria condição humana, cujo respeito e observância condiciona a validade das normas internas de cada país. É sob estas premissas epistemológicas, do atual estágio do Constitucionalismo, que este projeto de pesquisa pretende examinar a Hermenêutica e a Jurisdição Constitucional, enfrentando os temas da exegese do texto constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e da garantia dos direitos fundamentais por meio do exercício do controle de constitucionalidade tendo como paradigma as normas que conformam o jus cogens. PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalismo Global. Hermenêutica Constitucional. Jurisdição Constitucional. Supremo Tribunal Federal. Democracia.

OBJETIVO

O projeto de pesquisa tem por objetivo precípuo investigar a Hermenêutica e a Jurisdição Constitucional, enfrentando os temas da exegese do texto constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e da garantia dos direitos fundamentais por meio do exercício do controle de constitucionalidade tendo como paradigma as normas que conformam o jus cogens. Partindo das premissas epistemológicas do Constitucionalismo Global, isto é, interconexão entre ordens jurídicas nacionais, conectadas, reciprocamente, através dos tratados internacionais de que sejam partes ambos os Estados, faz com que os sistemas jurídicos estatais, no Constitucionalismo Global, partilhem de um mesmo e último fundamento de validade, o jus cogens, a pesquisa examinará a temática sob a perspectiva da



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

doutrina nacional e internacional e, especialmente, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, além de decisões proferidas por outros órgãos internacionais com os quais a jurisdição brasileira estabelece diálogos. Para tanto, a pesquisa pretende enfrentar diretamente as seguintes questões: quais as regras de composição e atuação da Corte? Como se estabelece sua metódica própria no mister de interpretar a Constituição, que lhe incumbiu de sua guarda? De que forma as influências internas e externas a que submetido o STF determinam a tomada de suas decisões? Quais os seus papéis e sua função na democracia brasileira? O que são o ativismo e autocontenção judicial, segundo os delineamentos constitucionais? Quais são os limites e as potencialidades do STF? Como se estabelecem seus diálogos interjurisdicionais com outras Cortes Constitucionais? A partir do exame destas questões, o projeto busca apresentar as soluções jurídicas contempladas no ordenamento positivo brasileiro, oferecendo bases teóricas para a construção de uma teoria da Hermenêutica e Jurisdição Constitucional à luz do Constitucionalismo Global, testando tais premissas em relação a casos concretos, a exemplo dos já apresentados nesta proposta.

Nome do projeto de pesquisa

34 - PLURALISMOS JURÍDICOS, CONFLITOS NORMATIVOS E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE DAS LEIS

Professor (a) - MARINA FARACO

E-mail para contato com o Professor - marinafaraco@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise do plano de trabalho do aluno e entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A coexistência de diferentes ordens jurídicas simultaneamente vigentes num mesmo território e para diversos Estados – os denominados pluralismos jurídicos – conduz, invariavelmente, à identificação de conflitos normativos das mais variadas espécies nos planos doméstico, regional e internacional. Havendo normas internas e internacionais igualmente aptas a produzir efeitos e a regulamentar idênticas relações jurídicas num mesmo espaço territorial e tempo que, contudo, se contradizem, qual deve ser o direito aplicável? As diversas formas de solução de tais antinomias, entre as quais o próprio Controle de Convencionalidade das leis, é o tema de que se ocupa este projeto de pesquisa, buscando soluções no direito interno e internacional sob a perspectiva da doutrina e da jurisprudência do STF e da CorteIDH. PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalismo Global. Pluralismos Jurídicos. Conflitos Normativos. Métodos de Solução de Antinomias. Controle de Convencionalidade das Leis.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

OBJETIVO

O projeto de pesquisa tem por objetivo precípua investigar o relacionamento entre as diferentes ordens normativas vigentes bem como os critérios jurídicos aptos à solução de antinomias deste gênero e seus efeitos, sob a óptica do ordenamento jurídico brasileiro e da sua interpretação jurisprudencial e dos sistemas normativos, examinando-se o Controle de Convencionalidade como mecanismo de solução destes conflitos. Partindo das premissas epistemológicas do constitucionalismo global, da unidade e coerência do sistema jurídico, da racionalidade dualista e dos critérios de solução de antinomias previstos no ordenamento brasileiro, a pesquisa examinará a temática sob a perspectiva da doutrina nacional e internacional e, especialmente, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos, vinculante para o sistema jurídico brasileiro, além de decisões proferidas por outros órgãos internacionais com os quais a jurisdição brasileira igualmente estabelece diálogos. Para tanto, a pesquisa pretende enfrentar diretamente as seguintes questões: (i) Qual a teoria adotada pelo Brasil quanto à relação entre o direito interno e o direito internacional?

(ii) Qual é a posição hierárquica dos tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro?

(iii) Quais são os critérios de solução de antinomias aplicáveis em sistemas jurídicos plurais? Quais são os critérios de solução de antinomias previstos no ordenamento brasileiro?

(iv) Quais as bases teóricas para uma teoria do Controle de Convencionalidade das Leis no Brasil, do ponto de vista de seu conceito, fundamento, pressupostos, efeitos, órgãos e mecanismos de realização?

(v) A pluralidade de ordens normativas dificulta a proteção das relações jurídicas com conexão internacional, na medida em que propicia a ocorrência de conflitos normativos?

(vi) Qual é o impacto desta pluralidade normativa no regramento e eficácia dos direitos fundamentais sob a perspectiva do Constitucionalismo Global?

A partir do exame destas questões, o projeto busca apresentar as soluções jurídicas contempladas no ordenamento positivo brasileiro, oferecendo bases teóricas para a realização do Controle de Convencionalidade das leis no Brasil que se coadunam com o nosso sistema jurídico em vigor, testando tais premissas em relação a casos concretos, a exemplo dos já apresentados nesta proposta.

Nome do projeto de pesquisa

35 - REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA

Professor(a) MAURÍCIO GARCIA PALLARES ZOCKUN

E-mail para contato com o Professor - mzockun@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise do currículo



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

e disponibilidade de tempo para realização da pesquisa relacionada ao projeto.

Resumo do Projeto de Pesquisa

REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) - CONCEITO - AMPLITUDE - PROCEDIMENTO DE REALIZAÇÃO - CONTROLE JUDICIAL - DEFERÊNCIA JUDICIAL À REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA - DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA - REGULAMENTO DELEGADO - LEI QUADRO.

OBJETIVO

Ao assim obrar, pretende-se apurar a evolução do pensamento do STF sobre (i) os fins constitucionais da regulação; e (ii) a suposta deferência jurisprudencial aos atos normativos técnicos dos órgãos estatais.

Nome do projeto de pesquisa

36 - DIREITOS SEXUAIS: A SEXUALIDADE HUMANA EM DISPUTA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Professor (a) - MÔNICA DE MELO

E-mail para contato com o Professor - monicademelo@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Notas nas disciplinas de direito constitucional e/ou fundamentos de direito público e/ou direitos humanos.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto de pesquisa tem por objetivo compreender e analisar os chamados “direitos sexuais” do ponto de vista dos direitos fundamentais constitucionais. O controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) vem estruturando e compondo um campo de incidência constitucional sobre direitos que se relacionam com o exercício da sexualidade humana. Objetiva-se investigar esse campo construído jurisprudencialmente, já que há pouca regulação infraconstitucional a respeito. Portanto, serão analisadas ao menos cinco decisões do STF: a que possibilitou a união estável homossexual (ADPF 132 e ADI 4277); a doação de sangue por pessoas homossexuais (ADI 5543); tratamento psicológico para pessoas homossexuais (“cura gay” Reclamação 31818); criminalização de “pederastia” no Código Penal Militar (ADPF 291) e criminalização da LGBTQI+fobia (ADO 26 e MI 4733).

OBJETIVO

- 1) Compreender e analisar os chamados “direitos sexuais” do ponto de vista dos direitos fundamentais constitucionais e dos direitos humanos;
- 2) Observar e identificar como vem sendo construído, estruturado e significado o campo dos “direitos sexuais” pelo controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

3) Analisar as restrições e formas de regulação infraconstitucionais que incidem sobre a sexualidade humana a partir da escolha de 5 cinco casos em disputa levados ao Supremo Tribunal Federal

Nome do projeto de pesquisa

37 - ENEGRECER E GENERIFICAR O CONSTITUCIONALISMO DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E ANTIRRACISTA

Professor (a) - MÔNICA DE MELO

E-mail para contato com o Professor - monicademelo@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise do histórico escolar e entrevista pessoal.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto de pesquisa tem por objetivo compreender e analisar o Constitucionalismo, a elaboração e adoção de Constituições, como determinantes para a configuração dos Estados, de uma perspectiva antirracista e feminista. Isso significa desnudar os processos políticos do Constitucionalismo moderno que culminaram nas primeiras constituições nas quais o direito fundamental à igualdade foi construído com as marcas do racismo e sexismo. A escolha dessas duas categorias mostra-se relevante na medida em que estão presentes nas relações intersubjetivas e institucionais, constituindo-se em marcadores dominantes de opressão, que conduzem ao racismo e sexismo estruturais. O Constitucionalismo falhou ao longo da história e ainda falha ao excluir parcelas consideráveis da população de vários direitos fundamentais, traduzindo-se em violências e discriminações.

A reflexão proposta deve pontuar a centralidade da raça, de gênero e classe através de uma metodologia que compreenda a interseccionalidade presente nestes marcadores de opressão, a partir das epistemologias produzidas pelo pensamento feminista negro. Teóricas e ativistas negras vem desenvolvendo, pelo menos desde a década de 70, a necessidade de abordagem interseccional das diversas opressões que se entrecruzam e perpassam as relações sociais e institucionais, enquanto teoria, metodologia de análise e práxis política voltada à realização de Justiça Social. A interseccionalidade sustenta que raça, gênero, classe, orientação sexual, idade, etnia e outros marcadores sociais não podem ser compreendidos de maneira isolada, pois articulam dinâmicas de poder que produzem realidades materiais desiguais e experiências sociais distintas coletiva e individualmente (Winnie Bueno). Sendo que há centralidade das opressões de raça, de gênero e classe social.

O constitucionalismo herdado das revoluções liberais da Europa e dos Estados Unidos buscam subalternizar mulheres e pessoas negras e mascaram esse processo através da utilização de categorias pretensamente neutras e/ou universalizantes. Pretende-se, para analisar criticamente esses percursos do Constitucionalismo, a



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

leitura, preferencialmente de pensadores negros e pensadoras negras e fora dos eixos europeu e estadunidense que acabam sendo dominantes na academia e no ensino do direito constitucional.

Objetivos

- Compreender e analisar o constitucionalismo enquanto projeto político e jurídico de elaboração das constituições e de organização do Estado, de limitação do poder e de garantia de direitos fundamentais, de uma perspectiva feminista e antirracista;
- Observar e identificar como foi construído o direito fundamental à igualdade de forma a perpetuar as opressões de raça e gênero subalternizando as mulheres e as pessoas negras;
- Utilizar epistemologias, como a interseccionalidade, para compreender o entrecruzamento dessas categorias de opressão a partir do pensamento de feministas negras e decoloniais;
- Construir uma análise crítica do constitucionalismo a partir de seu “enegrecimento” (CARNEIRO, 2018) e “generificação” (OLSEN, 1990) desnudando sua pretensa neutralidade e universalidade;

OBJETIVO

- Compreender e analisar o constitucionalismo enquanto projeto político e jurídico de elaboração das constituições e de organização do Estado, de limitação do poder e de garantia de direitos fundamentais, de uma perspectiva feminista e antirracista;
- Observar e identificar como foi construído o direito fundamental à igualdade de forma a perpetuar as opressões de raça e gênero subalternizando as mulheres e as pessoas negras;
- Utilizar epistemologias, como a interseccionalidade, para compreender o entrecruzamento dessas categorias de opressão a partir do pensamento de feministas negras e decoloniais;
- Construir uma análise crítica do constitucionalismo a partir de seu “enegrecimento” (CARNEIRO, 2018) e “generificação” (OLSEN, 1990) desnudando sua pretensa neutralidade e universalidade;

Nome do projeto de pesquisa

38 - O DIREITO À CIDADES SUSTENTÁVEIS E O DESENVOLVIMENTO URBANO NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL E OS CONFLITOS URBANOS NOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS

Professor (a) - NELSON SAULE JÚNIOR

E-mail para contato com o Professor - nsaule@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 5

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Alunos(as) que tenham tido alguma vivência ou experiência com ações e projetos em assentamentos



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

informais ou grupos sociais vulneráveis.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A pesquisa pretende contribuir para um melhor conhecimento e entendimento sobre a compreensão do direito humano à cidade em especial na sua perspectiva legal e jurídica seja no plano nacional e internacional considerando experiências, práticas e iniciativas desenvolvidas por organismos internacionais, governos nacionais e locais, bem como pela sociedade civil, tendo como foco os assentamentos informais e considerando o impacto da Pandemia do Covid 19

Palavras Chaves Direito à cidade Cidades; Justas Democráticas e Sustentáveis Desigualdades Social e territorial; Conflitos Urbano; Regularização fundiária; Assentamentos Informais de baixa renda

OBJETIVO

A proposta de promover estudos e pesquisas sobre estes o direito à cidade como tema de direito urbanístico no programa de pós graduação em direito urbanístico e na graduação nas áreas do direito, relações internacionais e ciências sociais pretende atender os seguintes objetivos:

- Propiciar um conhecimento adequado e reflexões sobre a realidade sócio ambiental das cidades brasileiras, considerando as diferenças regionais e sociais
- Propiciar um conhecimento e produzir subsídios sobre os elementos e formas de promoção do direito à cidades sustentáveis e do desenvolvimento urbano sustentável no âmbito nacional e internacional
- Propiciar um conhecimento e interpretações sobre as legislações da ordem legal urbana em especial do Estatuto da Cidade e dos princípios informadores do Direito Urbanístico Brasileiro;
- Propiciar um conhecimento e reflexões sobre a organização política e institucional e social do Estado brasileiro, de modo a identificar as possibilidade e formas de gestão democrática da cidade;
- Propiciar um conhecimento sobre o papel e os instrumentos do planejamento territorial voltados a combater a desigualdade social e territorial compreendendo as interfaces entre o urbano e o rural;
- Propiciar uma visão integrada e interdisciplinar para buscar soluções para os problemas sócio ambientais urbanos.

Nome do projeto de pesquisa

39 - TUTELA COLETIVA

Professor (a) - PATRICIA MIRANDA PIZZOL

E-mail para contato com o Professor - ppizzol@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Plano de atividades



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

apresentado pelo aluno.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A presente pesquisa tem como objeto a tutela coletiva e sua finalidade é estudar os diversos meios de solução dos conflitos transindividuais. A expressão transindividuais é utilizada no presente projeto para qualificar os conflitos que envolvem a coletividade (determinada ou não), isto é, os conflitos que extrapolam a esfera do indivíduo. Assim, pretende-se com o uso do termo abranger os direitos difusos, coletivos stricto sensu e individuais homogêneos.

O processo coletivo é o instrumento dotado de maior efetividade para a tutela dos direitos coletivos em sentido amplo, muito embora não exclua os meios de padronização das decisões judiciais previstos no Código de Processo Civil brasileiro (incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos repetitivos).

Pretende-se, assim, estudar as ações coletivas e os instrumentos previstos no CPC para a formação dos chamados "precedentes obrigatórios", que também se destinam a dar tratamento coletivo para as demandas repetitivas.

Palavras-chaves: tutela coletiva; ações coletivas; técnicas de padronização; precedentes vinculantes; efetividade da prestação jurisdicional.

OBJETIVO

Objetivamos com o presente estudo pesquisar, com profundidade, a tutela coletiva no Brasil e também nos ordenamentos jurídicos estrangeiros.

Quanto ao direito nacional, o estudo será desenvolvido a partir da legislação pertinente – além do Código de Processo Civil, Lei n. 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e Lei n. 7.347/85, que instituiu a Ação Civil Pública (LACP), especialmente, além de outros diplomas legais que disciplinam a tutela coletiva, sempre à luz da Constituição Federal de 1988 (CF).

Buscaremos, então, no direito estrangeiro, as normas que tratam da matéria e as decisões judiciais relativas ao tema, procurando identificar as semelhanças e diferenças entre os regramentos.

Dentre os temas processuais, serão analisados, especialmente: a) princípios processuais constantes da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, pertinentes à tutela jurisdicional dos direitos coletivos, tais como, devido processo legal, inafastabilidade do controle jurisdicional, contraditório e ampla defesa, duplo grau de jurisdição etc.; b) definição dos direitos coletivos lato sensu (difuso, coletivo stricto sensu e individual homogêneo) e da ação coletiva, com referência aos instrumentos destinados à tutela de tais direitos; c) regime jurídico das ações coletivas (interação entre o CDC e a LACP); d) legitimidade ativa (Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Municípios, Distrito Federal, Administração Pública direta e indireta, associações civis) e passiva, bem como intervenção de terceiro, assistência e litisconsórcio; e) ônus da prova; f) competência para ação de conhecimento, cautelar, liquidação e execução, incluindo, ainda, prevenção, conexão, continência, litispendência; g) sentença e coisa julgada (erga omnes e ultra partes); h) tutela de urgência nas ações coletivas; i) liquidação e execução (direito individual homogêneo, direito difuso e direito coletivo stricto sensu), incluindo o transporte in utilibus da coisa julgada e o chamado fluid recovery; j) instrumentos



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

de padronização das decisões judiciais (incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos repetitivos); h) vantagens da ação coletiva em relação aos instrumentos de padronização das decisões para a tutela efetiva e adequada dos direitos da coletividade.

Nome do projeto de pesquisa

40 - QUEBRA DE PARADIGMAS DO DIREITO COM A EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Professor (a) - PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER

E-mail para contato com o Professor - pbrancher@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Alunos com disponibilidade para realização de pesquisa, que estejam preferencialmente cursando entre o 3º e o 5º semestre da faculdade de direito.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A inteligência artificial interessa aos setores público e privado, ocupando um espaço crescente na sociedade contemporânea. Por conseguinte, surgem também novos questionamentos jurídicos. Os impactos da inteligência artificial permitem constantes reflexões sobre a forma de pensar preceitos fundamentais de existência em sociedade: a liberdade e os direitos fundamentais. Atualmente, não é mais possível compreender o direito separando as relações pessoais dos suportes tecnológicos. O projeto de pesquisa apresenta temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si. A identificação dos conflitos de interesses e a sua efetiva superação por meio do direito é questão fundamental proposta nesta iniciativa.

Palavras-Chave: inteligência artificial; inovação tecnológica; privacidade; propriedade intelectual; direito e tecnologia.

OBJETIVO

O projeto tem por objetivo realizar estudos sobre as mudanças de paradigma, envolvendo certos institutos tradicionais do direito, impostas pela evolução da inteligência artificial. As frentes principais do projeto de pesquisa serão: (i) Propriedade Intelectual; (ii) Responsabilidade Civil; (iii) Direito Penal; (iv) Privacidade e Regulação da Saúde; (v) Privacidade e Regulação Financeira; (vi) Direito Administrativo e Mobilidade Urbana. O trabalho final poderá envolver apresentação dos resultados em eventos científicos além do Encontro de IC da PUC-SP e contribuição por meio de artigos em revistas especializadas.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

41 - QUEBRA DE PARADIGMAS DO DIREITO COM A EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Professor (a) - PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER

E-mail para contato com o Professor - pbrancher@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Qualidade do projeto e histórico escolar.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Realizar estudos sobre as mudanças de paradigma, envolvendo certos institutos tradicionais do direito, impostas pela evolução da inteligência artificial. Pesquisa comparativa com outras jurisdições e verificação de edição de normas ou diretrizes específicas para nova regulação de direitos visando uma melhor acomodação e equilíbrio social. Frentes do projeto de pesquisa: (i) Propriedade Intelectual; (ii) Responsabilidade Civil; (iii) Responsabilidade Criminal; (iv) Privacidade; (v) Empresa e Relações Trabalhistas; (vi) Direito Administrativo e Mobilidade Urbana.

Palavras-chaves: inteligência artificial; inovação tecnológica; privacidade; propriedade intelectual; direito e tecnologia.

OBJETIVO

O projeto tem por objetivo geral realizar estudos sobre as mudanças de paradigmas envolvendo certos institutos tradicionais do direito, impostas pela evolução da IA.

Como objetivos específicos, o projeto deverá endereçar os seguintes aspectos:

Observando os países que já enfrentaram questões legais ou regulatórias específicas envolvendo o uso de IA, analisar se houve criação de leis ou normas administrativas específicas para endereçar novos conceitos, critérios e regras de comportamento social envolvendo a IA;

Nas hipóteses de criação de normas específicas, se houve a atribuição de personalidade ou direitos a um robô ou sistema baseado em IA;

Avaliar o conteúdo de normas e regulações específicas e como foi possível adequar esse novo cenário com as situações tradicionais, abordando inclusive eventual derrogação ou revogação de normas anteriores.

Nome do projeto de pesquisa

42 - CONSTITUCIONALISMO, EXCEÇÃO E CRISE DEMOCRÁTICA

Professor (a) - PEDRO ESTEVAM ALVES P. SERRANO

E-mail para contato com o Professor - pedroestevam@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Interesse no tema, dedicação aos estudos e disponibilidade para pesquisa.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Resumo do Projeto de Pesquisa

No séc. XXI, a Exceção tomou forma diversa. É mais sutil, pois não decreta um estado de Exceção ou suspende claramente a ordem jurídica, mas atua com medidas de Exceção dentro das democracias, convivendo com o Estado de Direito. As pesquisas que tratam do Estado de Exceção, das atuais medidas de Exceção, das crises constitucionais e democráticas no Brasil e no mundo, sobre constitucionalismo e pandemia, sobre o direito e as instituições de uma perspectiva crítica, estudando seu papel no combate ou na criação e manutenção de um autoritarismo líquido, recheado de medidas que excepcionam os direitos e o direito, são o escopo deste projeto.

Palavras-chave: Exceção; Constituição; Crise; Democracia; Autoritarismo.

OBJETIVO

Analisar as práticas estatais das últimas décadas que suspendem direitos fundamentais no Brasil, sem justificção jurídico-constitucional para tanto, de modo a identificar uma governabilidade de Exceção crescente e perene dentro das democracias, seja a partir de uma ótica do papel das instituições, da comunicação em massa ou dos eventos políticos recentes.

Nome do projeto de pesquisa

43 - AS CORTES CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA: DECISÕES PARADIGMÁTICAS EM MATÉRIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS IMPACTOS TRANSFORMADORES NA REALIDADE.

Professor (a) - PIETRO DE JESUS LORA ALARCÓN

E-mail para contato com o Professor - pararcon@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 5

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Rendimento acadêmico.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Qual o papel que cumprem as Cortes Constitucionais para a transformação da realidade? A defesa da Constituição é um exercício conservador ou propositivo?

Numa primeira fase o projeto de pesquisa tem por objetivo o conhecimento e diagnóstico do funcionamento das Cortes Constitucionais no cenário da América Latina. Logo a seguir serão escolhidas algumas decisões das Cortes em matéria de direitos fundamentais. O objetivo nesta segunda etapa consiste em examinar a realidade antes, durante e após a decisão, verificando qual seu impacto na transformação da sociedade, sem perder de vista que as constituições criam uma moldura normativa, que enseja um projeto de vida e desenvolvimento para a comunidade política.

PALAVRAS CHAVES: CORTES CONSTITUCIONAIS; AMÉRICA LATINA; DIREITOS FUNDAMENTAIS

OBJETIVO

Rua Monte Alegre, 984 - São Paulo/SP – CEP 05014-901 - Fone: (11) 3670-8000
<http://www.pucsp.br/> - direito@pucsp.br



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Constitui objetivo geral da pesquisa o conhecimento sobre o impacto de decisões de Cortes Constitucionais na América Latina em matéria de direitos fundamentais. Constituem objetivos específicos: a) o conhecimento da estrutura e funcionamento das Cortes Constitucionais na América Latina; b) o conhecimento da maneira como se resguardam direitos fundamentais pelas Cortes em contextos similares ao brasileiro; c) destacar experiências de transformação no cenário latino-americano a partir das decisões das Cortes; d) estabelecer conexões entre as decisões do STF e outras Cortes do continente em matéria de direitos fundamentais.

Nome do projeto de pesquisa

44 - EFETIVIDADE, FUNDAMENTOS, TUTELA E CONTEMPORANEIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS, DIFUSOS E COLETIVOS: DIÁLOGOS DAS FONTES

Professor (a) - REGINA VERA VILLAS BÔAS

E-mail para contato com o Professor - rvvboas@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Aderência do projeto do aluno com a linha de pesquisa e disponibilidade do aluno para a pesquisa científica.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto reflete sobre as realidades humanas, a partir da compreensão dos fundamentos, instrumentos de concretização da tutela, preservação, precaução e manutenção das garantias jurídicas conquistadas pelos direitos humano, direitos fundamentais individuais, sociais, coletivos e difusos e coletivos. Entre variados métodos de pesquisa que serão utilizados nas investigações, destacam-se os que se valem da visão e pensamentos inter, multi e transdisciplinar dos estudos e práticas jurídicas. Os estudos serão conduzidos por hermenêutica extraída da teoria do “Diálogo das Fontes”, desenvolvida por Eric James e revelado ao mundo jurídico brasileiro pela Professora Cláudia Lima Marques. Referida teoria científica defende que se aplique o direito, defendendo que a aplicação do direito nas relações consumeristas deve se dar de maneira sistêmica, aplicando-se ao caso concreto o conjunto de leis que garantam o direito do consumidor, sem a exclusão de nenhuma. Nas investigações científico-jurídicas, os debates promovidos respeitam as estruturas e suportes jurídico-constitucionais, perscrutando as dificuldades que o mundo, a sociedade e o homem contemporâneos defrontam na efetivação das garantias e direitos humanos e fundamentais. Investiga dificuldades relacionadas às situações emergentes experimentadas pela sociedade global, envoltas de riscos e perigos ambientais; avanços e progressos tecnológicos desafiadores do desenvolvimento sustentável; relações jurídicas de consumo e tragédias promovidas pelo hiperconsumismo; direitos e garantias conquistados pelas crianças, jovens e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e outras



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

minorias e grupos vulneráveis; além das situações coletivas albergadas pelo Direito Privado.

OBJETIVO

Os estudos e pesquisas são realizados com base em teorias filosóficas que dão sustentação às doutrinas clássicas e contemporâneas - nacional e internacional -, realizando reflexões e discussões relevantes, apresentando propostas de soluções às problemáticas surgidas nos debates. Para tanto, são necessários conhecimentos sobre as humanidades e as suas realidades, notadamente, as realidades conectadas com o mundo jurídico, envolventes dos direitos humanos, dos direitos fundamentais sociais, difusos e coletivos, implicando resgate dos valores da essência humana, a partir da compreensão da importância da dignidade da condição humana, cidadania, soberanias, sustentabilidade, simbiose entre o homem e o meio ambiente e construção de uma consciência ético-ambiental. As reflexões trazem à baila valores como a justiça social, a ética, a paz, a fé, a fraternidade e a solidariedade, apresentando mecanismos socio-jurídicos de soluções aos problemas da contemporaneidade, desafiando estudos sobre a elaboração e concretização das políticas públicas (e privadas) adequadas ao apaziguamento das violências cotidianas. São necessários estudos que ofereçam ao pesquisador uma visão geral principiológica dos Direitos, notadamente da trajetória, dimensões e gerações dos Direitos Humanos, da formação e constituição dos Direitos Fundamentais, sobretudo dos Direitos Sociais, Coletivos e Difusos, destacando fundamentos e instrumentos de efetividade e tutela jurídica destes direitos e interesses, o que exige estudos da evolução histórica dos direitos, aproximando os âmbitos dos direitos privados e públicos e suas respectivas disciplinas, e a hermenêutica jurídica sobre situações jurídicas relevantes, relacionadas aos interesses públicos, privados, coletivos e difusos.

Nome do projeto de pesquisa

45 - CAPITALISMO HUMANISTA

Professor (a) - RICARDO HASSON SAYEG

E-mail para contato com o Professor - rsayeg@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Interesse e dedicação.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Trata-se de projeto de pesquisa que propõem e propicia iniciação à pesquisa científica aos jovens estudantes da área jurídica e demais ciências sociais aplicadas, como a sociologia, antropologia, entre outras, com proposta ampla de análise científica humanista (tratando-se de estudantes provenientes de cursos de ciências sociais aplicadas) e jurídica dos princípios, impactos, imbricações, consequências, entre outros ramos e possibilidades de pesquisa científica, da e na aplicação do



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Capitalismo Humanista, cujo princípio, nos termos do art. 11 da lei municipal de São Paulo 17.481/20, é orientador da ordem econômica paulista e seu índice, iCapH (Índice de Bem Estar Econômico), orientador de políticas públicas. O Capitalismo Humanista, como dimensão econômica dos direitos humanos, embasado no artigo 170 da Constituição Federal de 1988, revela a consubstancialidade presente no ordenamento jurídico da garantia a todos de existência dignas conforme os ditames da justiça social, com marco teórico no humanismo integral antropofílico, dignidade humana e direito quântico. Busca romper a suposta neutralidade entre os sistemas mencionados, em especial o econômico e de direitos humanos e fundamentais, relevando a interligação, interdependência constitucional de ambos, como teoria jurídica alinha-se, representa e visa concretizar a Sociedade Fraterna cujos objetivos estão descritos no artigo 3º e incisos da Constituição Federal de 1988 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecido como Agenda 2030 da ONU.

OBJETIVO

Fomentar e criar um corpo de pesquisa científica acadêmica nas áreas das ciências sociais aplicadas do Capitalismo Humanista, propiciando, permitindo e viabilizando a produção, desenvolvimento e progresso científico do desenvolvimento nacional, da implementação da Agenda 2030 da ONU através do princípio e filosofia do Capitalismo Humanista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Permitir a formação de jovens cientistas.

Fomentar a pesquisa acadêmica científica.

Propiciar o desenvolvimento nacional através do estudo acadêmico científico do princípio e filosofia do Capitalismo Humanista.

Propiciar a implementação da Agenda 2030 da ONU.

Nome do projeto de pesquisa

46 - PONDERAÇÃO DE INTERESSES NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE DIREITO PÚBLICO

Professor (a) - RICARDO MARCONDES MARTINS

E-mail para contato com o Professor - ricmarconde@uol.com.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: A seleção, caso haja mais de 4 interessados, terá por critério a apresentação do plano individual de trabalho (correção do vernáculo, estruturação).

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto de pesquisa destina-se primeiro a aprofundar o exame científico da fórmula do peso, proposta por Robert Alexy (Posfácio à Teoria dos Direitos fundamentais; Constitucionalismo Discursivo, Cap. 08). Após a compreensão da fórmula, o projeto destina-se a verificar a viabilidade de sua aplicação para



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

resolução de problemas jurídicos, indicando eventuais falhas. Ademais, o projeto exige o estudo de casos, extraídos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e a compreensão deles à luz da referida fórmula. A pesquisa pretende contribuir para o aprimoramento da teoria da ponderação e, tendo em vista o exame crítico da atuação jurisdicional brasileira, para o aprimoramento do exercício jurisdicional.

OBJETIVO

1. Iniciar o aluno no estudo científico do direito, com a realização de pesquisa em direito, reflexão crítica das leituras e elaboração de estudo monográfico. 2. Aprofundar o exame da fórmula do peso, testando sua possibilidade de aplicação.

Nome do projeto de pesquisa

47 - CONTRAFAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Professor (a) - RICARDO MARCONDES MARTINS

E-mail para contato com o Professor - rmmartins@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: A seleção, caso haja mais de 2 interessados, terá por critério a apresentação do plano individual de trabalho (correção do vernáculo, estruturação).

Resumo do Projeto de Pesquisa

A pesquisa deve identificar uma contrafação administrativa. Compreendidas as bases conceituais da contrafação, o pesquisador deve identificar uma contrafação administrativa no direito brasileiro. Fixada a contrafação a ser pesquisada, deve examinar como a doutrina e a jurisprudência vem se posicionando diante dela: quais doutrinadores e julgadores tentam legitimá-la. Após examinar a doutrina e a jurisprudência sobre a contrafação, o pesquisador deve estabelecer as bases jurídicas de como ela deve ser enfrentada.

Palavras-chave: contrafação administrativa; contrafação aparente; contrafação real.

OBJETIVO

A pesquisa tem por objetivos: a) aprofundar o estudo da teoria das contrafações administrativas; b) examinar uma contrafação específica; c) estabelecer as bases do regime jurídico dessa contrafação.

Nome do projeto de pesquisa

48 - ATUALIDADES EM DIREITO DE FAMÍLIA (ENFOQUE TEÓRICO E PRÁTICO)

Professor (a) - RITA DE CÁSSIA CURVO LEITE



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

E-mail para contato com o Professor - rccleite@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 4

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Pertinência do Plano de Trabalho do aluno e curriculum acadêmico.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Inegavelmente sujeito a constantes mutações influenciadas, em grande parte, pelas diversas composições sociais, oscilações afetivas que alimentam os seres humanos (e sencientes) e por que não dizer pela revolucionária tecnologia e inteligência artificial, a família está em verdadeira ebulição e, a partir dela, o próprio Direito de Família. Ambiente apropriado para se estabelecer um convívio intenso, a família globalizada está, paradoxalmente, diuturnamente exposta, a um só tempo, a um cenário libertário e conservador, à revolução tecnológica e a estruturas de linguagem de origem milenar, a costumes reinventados e a usos seculares. Enfim, torna-se imperioso acompanhar as transformações familiares que são, em resumo, reflexos das transformações sociais propriamente ditas. Reconhecer que a família é a seiva do Direito de Família é o ponto de partida para pretender analisar seu conteúdo e capacitar profissionais que estejam habilitados a reconhecer sua importância e garantir sua proteção, instrumentalizando-os a trabalhar em área que demanda, concomitantemente, sensibilidade e astúcia. A partir deste projeto objetiva-se disseminar as muitas atualidades no âmbito do Direito de Família permitindo ao pesquisador estabelecer critérios e medidas para tutelar esse ambiente, fixando limites sempre que possível, de modo a visualizar a célula familiar com um olhar microscópico que está a merecer. O enfrentamento futurista do Direito de Família é tarefa que se impõe aos operadores do direito. Daí porque reclamar do Poder Judiciário, especialmente, dos Tribunais Superiores a atribuição de dignidade, liberdade e solidariedade aos muitos grupos familiares é medida que se impõe, em caráter de urgência, em uma sociedade democrática de Direito como a nossa

OBJETIVO

3.1. Objetivos Gerais:

Diante da necessidade de formar profissionais do Direito que militem na área de Direito de Família, sensíveis o suficiente para reconhecer as questões emblemáticas que permeiam as relações humanas fulcradas no afeto e, em sua antítese, o desafeto, este projeto de pesquisa tem os seguintes objetivos gerais:

- I. Instigar o pesquisador a reconhecer a atualidade do tema, compreendendo a mutação do conceito de família, traçando sua linha histórica à luz dos princípios constitucionais e dos direitos humanos, para o fim de teorizar sobre a contemporânea definição de família.
- II. Estabelecer um elo fundamental entre o teórico e o prático (direito material e processual) a fim de atender a emergência familiar mediante interpretação extensiva do Direito de Família.
- III. Propiciar aos pesquisadores uma experiência acadêmica com foco central nas relações do direito público e privado em seus aspectos processual e material.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

3.2. Objetivos Específicos:

- I. Promover estudo científico de temas específicos relacionados à essa “nova família”, a exemplo da guarda compartilhada, alienação parental, abandono afetivo, revenge porn, sextortion, sexfiling, deep nude, deep fake, etc.
- II. Enfrentar e prever as mudanças do conceito de família frente a novos fatores sociais, tais quais as relações homo e poliafetivas, os novos modelos de gênero, acompanhando a jurisprudência por vir.
- III. Estabelecer um diálogo interdisciplinar também com áreas correlatas ao Direito de Família, como a Psicologia, a Assistência Social, a Medicina e a Bioética.
- IV. Aproximar o Direito de Família dos Direitos da Personalidade e dos Direitos Humanos em tempos de internacionalização familiar.
- V. Estimular os pesquisadores a manter um link constante entre os conhecimentos científicos e as implicações práticas aptas a promover a mutação de paradigmas, julgados, decisões pretorianas, Súmulas e até mesmo leis e normas.
- VI. Compreender e aplicar a principiologia geral e específica a partir da filosofia, da ética e da moral no ambiente do Direito de Família

Nome do projeto de pesquisa

49 - SISTEMA PENAL REDUTOR

Professor (a) - GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA

E-mail para contato com o Professor - gjunqueira@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção que o Professor adotará, se necessário: análise de projeto ou entrevista

Resumo do Projeto de Pesquisa: O Sistema Penal redutor tem como premissas: 1) teoria sociológica do conflito; 2) planificação da realidade; 3) Teoria agnóstica da pena; 4) a seletividade discriminatória do sistema penal. Partindo da análise da realidade periférica brasileira, busca elaborar teorias e conceitos que permitam reduzir a irracionalidade, desumanidade e seletividade discriminatória da reação punitiva. É necessário compreender os vícios peculiares à repressão punitiva brasileira para construir saberes que possam reduzir ao máximo a violência penal.

OBJETIVO: Provocar reflexão e construção de conhecimentos que, lastreados nas premissas do Sistema Penal Redutor, possam contribuir para que o sistema punitivo brasileiro se desenvolva na moldura de um Estado Democrático de Direito, orientando decisões pautadas na racionalidade, humanidade e contrasseletividade.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

50 - TRIBUTO E SANÇÃO: LIMITES PARA A INTERVENÇÃO ESTATAL

Professor (a) - ROBSON MAIA LINS

E-mail para contato com o Professor - rmlins@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 5

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Disponibilidade para leitura e estudo.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O Projeto de Pesquisa "Tributo e Sanção: limites para a intervenção estatal" é voltado ao estudo da fenomenologia da incidência tributária, bem como da fenomenologia da incidência das sanções tributárias. Mediante a utilização do método hermenêutico-analítico e tomando a norma jurídica e sua estrutura como aparato de estudo, pretende-se debruçar sobre as normas jurídicas que instituem obrigações tributárias, deveres instrumentais e sanções tributárias, analisando de maneira crítica a fenomenologia da incidência dessas normas a partir dos limites impostos à intervenção estatal.

OBJETIVO

O objetivo imediato deste trabalho é examinar, sob o enfoque do Constructivismo Lógico-Semântico, os enunciados normativos que disciplinam, direta ou indiretamente, o exercício das competências tributária e tributária sancionatória, bem como a fenomenologia da incidência das normas relacionadas à tributação e às sanções tributárias, considerando os limites à intervenção estatal.

Nome do projeto de pesquisa

51 - FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E SEU IMPACTO E EFETIVIDADE NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Professor (a) - SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA

E-mail para contato com o Professor - silviolfdrocha@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 3

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Análise do histórico escolar.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O objetivo da pesquisa é analisar as alterações legislativas sofridas no âmbito da contratação pública motivada pelas ideias neoliberais.

OBJETIVO

Identificar o discurso neoliberal sobre a concepção do Estado.

Identificar as modificações propostas pelo discurso neoliberal.

Mostrar que as propostas escondem o propósito de apropriação de recursos



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

publicos pelo ente privado.

Nome do projeto de pesquisa

52 - FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXPRESSÃO DE CONSENSO, ENTRE ELES A CONTRATAÇÃO PÚBLICA, E SEU IMPACTO E EFETIVIDADE NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.

Professor (a) - SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA

E-mail para contato com o Professor - silvioldrocha@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Nota no histórico escolar.

Resumo do Projeto de Pesquisa

A pesquisa propõe-se a examinar os negócios jurídicos processuais administrativos cooperativos visando a minorar ou suprimir a aplicação de sanções, como ao Acordo de Leniência e o Acordo de Não Persecução Cível.

Negócios jurídicos processuais administrativos cooperativos;

Acordo de Leniência;

Acordo de Não Persecução Cível

OBJETIVO

Estudar a natureza jurídica, os pressupostos, as tipologias, as fases e os efeitos dos negócios jurídicos processuais administrativos cooperativos no âmbito da Administração Pública.

Nome do projeto de pesquisa

53 - CONTROLE DE VALIDADE DA TRIBUTAÇÃO: DISCUSSÃO DE TEMAS QUE ENVOLVAM CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL.

Professor (a) - TACIO LACERDA GAMA

E-mail para contato com o Professor - tlgama@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Apresentação de projeto de pesquisa.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Resumo: Propõe-se estudar os mecanismos de controle de validade da instituição e cobrança de tributos previstos no direito positivo brasileiro, considerando-se, especificamente, o seguinte: os mecanismos de controle administrativo de débitos fiscais constituídos por meio de autos de infração; os mecanismos de controle



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

judicial de tributos constituídos ou não por meio de autos de infração. A abordagem será realizada a partir da norma de competência, tanto aquela que prevê a autorização para instituição de tributo, quanto aquela que estabelece o sujeito competente para realizar a constituição do crédito tributário e/ou sua cobrança. O projeto poderá focar tanto no estudo dos mecanismos de controle propriamente ditos quanto em casos concretos de discussões administrativas e judiciais que problematizem a aplicação das normas de controle de validade da tributação. Palavras-Chave: tributação, controle de validade, competência tributaria, contencioso tributário.

OBJETIVO

Compreender os mecanismos de controle administrativo e judicial da validade da tributação a partir da norma de competência; propor soluções para o gigantesco contencioso brasileiro, o qual constitui entrave ao desenvolvimento econômico do País.

Nome do projeto de pesquisa

54 - CONTROLE DE VALIDADE DA TRIBUTAÇÃO - DA HIERARQUIA A HERERARQUIA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Professor (a) - TACIO LACERDA GAMA

E-mail para contato com o Professor - tlgama@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: Entrevista pessoal.

Resumo do Projeto de Pesquisa

Palavras-chave: tributário, princípios, competência, contencioso, validade

A proposta analisar os causas e consequências dos litígios tributários, assim administrativos, como judiciais. Esta compreensão passa de forma conceitual pela identificação das técnicas de interpretação e argumentação das normas jurídicas no chamado controle de validade, vigência e eficácia das normas que versão sobre instituição, arrecadação e fiscalização de tributos. Assim, por meio do uso dos instrumentos conceituais do chamado “construtivismo lógico semântico” os integrantes do grupo buscarão desenvolver investigações sobre temas variados que ensejam litígios sobre a licitude ou ilicitude das normas que prescrevem a instituição, arrecadação ou fiscalização de tributos.

OBJETIVO

Identificar 10 alterações que possam ser feitas com grande impacto na diminuição do contencioso e aumento da segurança jurídica.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

Nome do projeto de pesquisa

55 - O CONTATO DO JUIZ COM A PROVA OBTIDA POR MEIO ILÍCITO E OS IMPACTOS NO PROCESSO CIVIL DO NOVO § 5ª DO ART. 157 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Professor (a) - WILLIAM SANTOS FERREIRA

E-mail para contato com o Professor - wsferreira@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 2

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: A seleção se dará pela análise de currículo e entrevista com o candidato.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O direito à prova tem base constitucional, mas não é um direito ilimitado e incondicional. A Constituição e a legislação infraconstitucional podem apresentar restrições, especialmente quando consideradas outras garantias constitucionais, como os direitos à privacidade, intimidade, inviolabilidade de domicílio e correspondência, sigilo de comunicações em geral, entre outros. É um debate sempre realizado se o juiz que tem contato com a prova obtida por meio ilícito deve ou não julgar a demanda, se haveria ou não uma "contaminação" do juiz, com obstáculos para um julgamento desconsiderando a prova descartada. O tema já até foi objeto de veto presidencial em alteração do CPP, porém, houve nova tentativa de regulamentação do tema e houve a aprovação do novo § 5º do art. 157 do CPP estabelecendo exatamente o afastamento. Quais os pontos positivos e negativos desta adoção e seus impactos no processo civil são o objeto desta oportuna pesquisa.

OBJETIVO

Identificar os impactos positivos e negativos do afastamento do juiz nos casos de prova obtida por meio ilícito e seus impactos no processo civil.

Nome do projeto de pesquisa

56 - CARGA TRIBUTÁRIA E JUSTIÇA FISCAL

Professor (a) - LUCAS GALVÃO DE BRITTO

E-mail para contato com o Professor - lgbritto@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 5

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: exame de projeto individual e entrevista.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O projeto pretende a realização de estudos em torno do princípio constitucional da capacidade contributiva como instrumento para a redução de desigualdades sociais por meio do desenho das normas tributárias. Pretende explorar os limites desse instrumento tanto para a elaboração de medidas legislativas como para a tomada de decisões judiciais, dando especial enfoque às decisões do Supremo Tribunal Federal



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

sobre a matéria.

OBJETIVO

Objetivo geral:

· Surpreender os limites positivos e negativos do princípio da capacidade contributiva na interpretação de normas tributárias e no exercício de competências tributárias.

Objetivos específicos:

1. Identificar como o princípio da capacidade contributiva se relaciona com os comandos de seletividade e essencialidade na tributação sobre o consumo;
2. Identificar como os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988 se relacionam, na argumentação jurisprudencial, com a capacidade contributiva;
3. Relacionar o objetivo de redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, da Carta) com a atual delimitação de competências tributárias e a regra-matriz de incidência dos principais tributos de nosso ordenamento jurídico;
4. Examinar o cabimento do princípio da capacidade contributiva como diretriz para a criação de benefícios fiscais;
5. Relacionar os valores de não-discriminação com a capacidade contributiva e o uso extrafiscal dos tributos previstos na Constituição.

Nome do projeto de pesquisa

57 - DIREITO PROBATÓRIO: Tradições, transformações e perspectivas avançadas

Professor (a) - WILLIAM SANTOS FERREIRA

E-mail para contato com o Professor - wsferreira@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário: A seleção se dará pela análise de currículo e entrevista com o candidato.

Resumo do Projeto de Pesquisa

O Projeto integra o Grupo de Pesquisa “Processo Civil: Tradições, transformações e perspectivas avançadas – TTPA” da PUC-SP, certificado junto ao CNPQ e que integra a Rede Internacional de Pesquisadores de Processo a Rede ProcNet e tem como foco iniciações científicas que apresentem temas que envolvam pesquisas relacionadas com o “Direito Probatório” a partir das tradições jurídicas, mas que, sem desconsiderá-las, estudem as transformações que estão ocorrendo, seus efeitos, propondo aperfeiçoamentos ou soluções ainda não estabelecidas, enfim, conhecendo as tradições, estudando as transformações, mas também identificando necessidades e propondo novas visões e soluções para os problemas relativos à “prova”. Poderão ser escolhidos, inclusive com um recorte mais específico dentro dos temas:

- i) Teoria geral da prova;
- ii) Direito fundamental à prova;



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

- iii) Princípios fundamentais da prova;
- iv) Proibição das provas obtidas por meio ilícito;
- v) Prova e inteligência artificial;
- vi) Deveres poderes do juiz;
- vii) Deveres poderes das partes;
- viii) Saneamento participativo (case management)
- ix) Produção autônoma de prova;
- x) Extrajudicialização da prova;
- xi) Provas típicas;
- xii) Prova por amostragem;
- xiii) Prova estatística;
- xiv) Prova contrária;
- xv) Provas atípicas;
- xvi) Negócio processuais probatórios;
- xvii) Standards de prova;
- xviii) Ônus da prova;
- xix) Prova diabólica;
- xx) Distribuição dinâmica do ônus da prova;
- xxi) Nova oralidade após a pandemia de Covid-19;
- xxii) Precedente
- xxiii) Fato e Precedente
- xxiv) Fatos Constitucionais
- xxv) Provas científicas;
- xxvi) Prova pericial;
- xxvii) Provas na arbitragem;
- xxviii) Provas nos recursos em segunda instância;
- xxix) Provas no recurso especial;
- xxx) Provas no recurso extraordinário;
- xxxi) Provas nos procedimentos especiais;
- xxxii) Provas nas tutelas provisórias;
- xxxiii) Prova e neurociência;
- xxxiv) Provas eletrônicas;
- xxxv) Verdade e processo;
- xxxvi) Técnicas de interrogatório;
- xxxvii) Entre outros temas.

OBJETIVO:

O trabalho terá por finalidade analisar como o sistema de instrução se comporta em diferentes meios de solução de controvérsia, podendo envolver arbitragem, ou o processo civil tradicional ou até a extrajudicialização da prova, apontando suas especificidades e semelhanças, de forma a estabelecer um panorama sobre os pontos positivos e negativos do que for estudado.

Para se alcançar a propósito principal deste estudo, tomar-se-á por base as disposições Constitucionais e infraconstitucionais nacionais e estrangeiras, estudos



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

nacionais e estrangeiros, projetos de lei, pesquisas, dados de jurimetria, jurisprudência, análise de casos concreto, tudo a depender do que for mais eficiente para o objeto proposto.

Além do estudo bibliográfico, será também desenvolvido um estudo comparativo com outros regramentos e tendências nacionais e estrangeiras, quando aplicáveis.

Nome do projeto de pesquisa

58 - OS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO E POR OUTRO LADO A CRESCENTE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO ENVOLVENDO A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, A JUDICIALIZAÇÃO E SOBRETUDO O ATIVISMO JUDICIAL

Professor (a) - Aloysio Vilarino dos Santos

E-mail para contato com o Professor - avsantos@pucsp.br

Número de vagas para alunos: 6

Critério de seleção, que o Professor adotará, se necessário:

Resumo do Projeto de Pesquisa

A separação de funções do estado, uma das cláusulas pétreas da Constituição, sua importância o valor interpretativo dos poderes da União e sua interface com as funções típicas e atípicas, da separação dos Poderes legislativo, executivo, judiciário, sendo que este último vem tendo uma atuação relevante, em virtude das crises e problemáticas dos outros dois poderes em tempos de Neoconstitucionalismo.

Portanto, é necessário compreender, em que medida os fenômenos da Judicialização e do ativismo judicial, bem como a politização da justiça tem contornado a crise em relação à deficiência e morosidade do legislativo e a incapacidade do executivo tomar para si todas as prerrogativas necessárias para executar as devidas políticas públicas.

OBJETIVO:

O projeto aborda tema especialmente relevante e atual, focando no ativismo judicial e na chamada "politização da justiça". Certamente, trata-se de uma das questões mais polêmicas no Brasil contemporâneo, cujo tratamento científico é necessário na perspectiva de avançar na maior solidez das instituições do Estado democrático de Direito.